

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Ana Cristina Peixoto Guimarães

**DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA EM MARX À CAÇA ÀS BRUXAS EM
FEDERICI: UMA INTERLOCUÇÃO CRÍTICA**

JUIZ DE FORA
2025

Ana Cristina Peixoto Guimarães

**Da crítica da economia política em Marx à caça às bruxas em Federici:
uma interlocução crítica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, área de concentração: Políticas Sociais e Gestão Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre.

Orientador: Profº Drº Rodrigo de Souza Filho

JUIZ DE FORA
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Peixoto Guimarães, Ana Cristina .

DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA EM MARX À CAÇA ÀS BRUXAS EM FEDERICI: UMA INTERLOCUÇÃO CRÍTICA / Ana Cristina Peixoto Guimarães. -- 2025.

73 p.

Orientador: Rodrigo de Souza Filho

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2025.

1. acumulação primitiva. 2. valor da força de trabalho. 3. superexploração da força de trabalho. 4. Calibã e a Bruxa. I. de Souza Filho, Rodrigo, orient. II. Título.

Ana Cristina Peixoto Guimarães

DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA EM MARX À CAÇA ÀS BRUXAS EM FEDERICI: UMA INTERLOCUÇÃO CRÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 16 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr Alexandre Aranha Arbia - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof Dr Rodrigo de Souza Filho - Co-orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Viviane Souza Pereira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof Dr Carlos Dimas Martins Ribeiro
Universidade Federal Fluminense

Juiz de Fora, 07/04/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Aranha Arbia, Professor(a)**, em 24/04/2025, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Souza Pereira, Professor(a)**, em 28/04/2025, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Dimas Martins Ribeiro, Usuário Externo**, em 28/04/2025, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Souza Filho, Usuário Externo**, em 13/05/2025, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-UFJF (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2336834** e o código CRC **9EB23FFA**.

*Às mãos sujas de graxa do meu pai e às mãos
sujas de giz da minha mãe, que me fizeram
chegar até aqui de forma limpa.*

AGRADECIMENTOS

À memória de todas as mulheres bruxas, queimadas e violentadas por séculos.

À Deus que me sustentou até aqui.

À toda minha persistência e força.

Aos meus pais, Edneia e Ailton, minha tia Solange, e todos os familiares que me apoiaram nesse processo e compreenderam minhas faltas.

Aos meus amigos do IFMG, minhas amizades de Juiz de Fora e de Conselheiro Lafaiete

Aos afetos feitos em Congonhas e à minha equipe do Cadastro Único pelo apoio e compreensão. Gratidão em especial à Cristina, Laila, Anayanze e Leonardo.

Ao meu orientador Rodrigo pela paciência e por me ajudar a me formar como pesquisadora.

À minha psicóloga Gisele e todos os profissionais envolvidos no meu tratamento, diante do cansaço e estresse crônico, incluindo meu professor de muay thai que fez toda diferença nesse processo.

Às minhas maiores saudades: meus primos Douglas e Luiz Fernando, meu avô Antônio e minha amiga Maila. É tudo por vocês!

Ao amor, não aquele que tira do eixo e manipula, mas ao que traz paz, amparo e esperança.

Aos meus cachorros, Charlie e Brown, que me distraíram nos dias mais difíceis.

A todas e todos que foram “uma plateia de mil pessoas me aplaudindo” nesses três anos.

RESUMO

Esse trabalho tem o objetivo de analisar como Federici se apropria das categorias marxistas: acumulação primitiva, valor da força de trabalho e superexploração da força de trabalho em sua obra “O Calibã e a Bruxa”. Na obra referida, a autora diz se distanciar de Marx por analisar com centralidade a caça às bruxas no processo de acumulação primitiva. As colocações da autora acerca da história esquecida das mulheres, da perda de poder social diante do advento do capitalismo e do papel das mulheres na reprodução da força de trabalho é de extrema relevância. Mas nota-se que há uma tendência da autora de deslocar a hierarquia de categorias importantes para o marxismo, que pode gerar interpretações inadequadas aos leitores e leitoras.

Palavras-chave: acumulação primitiva, valor da força de trabalho, superexploração da força de trabalho, Calibã e a Bruxa.

ABSTRACT

This paper aims to analyze how Federici appropriates Marxist categories: primitive accumulation, value of labor power and overexploitation of labor power in her work "Caliban and the Witch". In the aforementioned work, the author says she distances herself from Marx by placing the witch hunt at the center of the process of primitive accumulation. The author's statements about the forgotten history of women, the loss of social power in the face of the advent of capitalism and the role of women in the reproduction of the labor force are extremely relevant. However, it is noted that there is a tendency for the author to shift the hierarchy of important categories to Marxism, which can generate inadequate interpretations in readers.

Keywords: primitive accumulation, value of labor power, superexploitation of labor power, Caliban and the Witch.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – ACUMULAÇÃO PRIMITIVA EM MARX E FEDERICI	20
1.1 MARX E A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA	20
1.2 INTERPELAÇÃO CRÍTICA DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA EM FEDERICI	26
CAPÍTULO 2 – VALOR DA FORÇA DE TRABALHO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA TRADIÇÃO MARXISTA E NA OBRA DE FEDERICI.....	52
2.1. VALOR DA FORÇA DE TRABALHO EM MARX E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM MARINI.....	52
2.1.1 Valor da força de trabalho	52
2.1.2 Superexploração da força de trabalho	56
2.2. INTERLOCUÇÃO CRÍTICA DO VALOR DA FORÇA DE TRABALHO E DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM FEDERICI	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

INTRODUÇÃO

O objetivo principal da pesquisa aqui proposta consiste em analisar criticamente a apropriação das categorias marxianas/marxistas **acumulação primitiva, valor da força de trabalho e superexploração da força de trabalho** na obra “O Calibã e a bruxa” de Silvia Federici.

A motivação aqui assumida, provém do interesse do estudo na temática do trabalho das mulheres desde a graduação em Serviço Social, em que a participação em projetos de pesquisa e iniciação científica culminou no Trabalho de Conclusão de Curso elaborado “A mulher no mundo do trabalho: uma ótica a partir da teoria marxista da dependência” (Guimarães, 2019). Além disso, a ânsia de desvelar a essência dos fenômenos estruturais que corroboram para a sobrecarga, opressão, exploração intensa, objetificação e violência às mulheres se expressou no Trabalho de Conclusão de Residência “Feminização do cuidado em saúde: reflexões a partir do contexto do Hospital Universitário Santa Catarina – UFJF, em tempo de pandemia do COVID-19” (Guimarães, 2021). Nesse sentido, pretende-se aprofundar esses estudos no presente trabalho.

Percebe-se que esse campo de discussões vem sendo tomado por esvaziamento, deturpações e até mesmo negação do marxismo como forma de análise da realidade. É necessário disputar intelectualmente esse espaço para que não incorra no risco da descontinuidade da tradição marxista e com isso, análises falaciosas do real.

A linha geral de argumentação escolhida é a de analisar o método em que se baseia, na atualidade, a discussão do livro “Calibã e a Bruxa”, bastante difundido e popularizado, acerca do papel das mulheres no modo de produção capitalista e do trabalho doméstico.

Cabe salientar que é uma pesquisa inicial, não é o objetivo tecer uma análise crítica da completude da obra de referência utilizada ou da obra geral de Federici. Reforça-se que não é uma produção científica de cunho comparativo ou que visa realizar uma análise histórica. Este é um trabalho que almeja fazer uma crítica da forma/conteúdo de determinadas categorias marxianas/marxistas citadas ou trabalhadas direta/indiretamente pela autora.

Para este objetivo, serão discutidas as categorias da tradição marxista: acumulação primitiva, valor da força de trabalho e superexploração da força de trabalho e realizada interlocução crítica das categorias marxistas destacadas com a obra “O Calibã e a Bruxa” de Federici.

A hipótese assumida é de que Federici não apreende as categorias marxianas de forma adequada trazendo conclusões equivocadas da função da perseguição das mulheres para a acumulação primitiva.

Assim, defende-se a possibilidade de avançar nas discussões contemporâneas seguindo o método materialista histórico-dialético.

Nesse sentido, a importância da produção marxista não pode ser negada, Marx (2017) se debruçou a estudar o modo de produção capitalista, sendo as principais categorias válidas até os dias atuais, inclusive como base orientadora para o Serviço Social, que é a matéria desse programa de mestrado.

Em contraponto, cabe ressaltar que não se defende a ideia de que não possamos acumular outras fontes de estudos, reformular análises e colocar a discussão das mulheres como uma das determinações constitutivas da totalidade da dinâmica de exploração/opressão no modo de produção capitalista.

A nós mulheres também cabe a pesquisa na tradição marxista, e devemos nos ocupar dos estudos aos quais nos interferem. O feminismo marxista tem um valoroso histórico e muitas pesquisadoras e autoras vem se dedicando aos estudos nesse campo.

Essa temática abordada de forma corriqueira, pode, para aqueles que não são da área e não tem uma leitura crítica, refutar em perspectivas esvaziadas ao pensar a posição das mulheres na sociedade.

Portanto, o objetivo proposto não é desmerecer a produção científica de Federici, mas traçar interlocução crítica que possa alargar as discussões acerca da perseguição das mulheres, de seu trabalho invisibilizado, da reprodução da força de trabalho e de suas condições de vida, dentro da tradição marxista.

Reitera-se que o livro de Federici (2017) é de extrema relevância para trazer à tona o debate da imposta sujeição das mulheres aos homens na história. A crítica apontada aqui é da forma que se utiliza das categorias marxistas/marxianas. O acúmulo da autora demarca válida contribuição ao movimento de libertação da sujeição das mulheres aos homens.

Assim, não é o objetivo descredibilizar sua pesquisa e produção, mas analisar como as categorias marxianas/marxistas, presentes em sua obra de forma direta ou indireta, devem ser analisadas com historicidade, totalidade, dialética e ancoradas na realidade.

Ao realizar um breve estado da arte acerca dos temas afins do livro analisado, nota-se que poucas produções atualmente confrontam a incipiência desse debate. A preocupação aqui assumida é de como estamos analisando a realidade e com efeitos posteriores, elaborando estratégias para melhoria das condições de vida das mulheres dentro ou fora da ordem capitalista.

É indiscutível que a autora tem uma vasta e importante pesquisa nesse campo, mas o trabalho aqui indicado visa encontrar as lacunas e contradições deixadas pelas suas principais formulações, com o objetivo de dialogar e contribuir para os estudos sobre a forma como as mulheres estão e foram inseridas no modo de produção capitalista.

Acredita-se que a relevância desse trabalho também está em trazer à tona a discussão dentro da academia de que a produção intelectual não precisa negar Marx, ao passo que não precisa o colocar de forma dogmática e sem dialogar e complementar com outros autores e determinações. O próprio Marx partiu das lacunas de pesquisas de outros autores e formulou suas considerações, esse é o movimento da dialética e de aproximação do real.

Assim, Federici que tem sido popularmente colocada em centralidade no debate acerca do trabalho doméstico, da reprodução social e da libertação das mulheres, traz críticas contraditórias que ora tendem a uma negação da tradição marxista e ora utilizam-se de suas categorias e formulações.

No anseio do estudo aqui proposto, convém sinalizar que parece distante discutir a reprodução social negando o campo da produção e categorias já bem consolidadas. É certo que a tradição marxista necessita avançar na discussão das mulheres e em tantas outras discussões.

O campo marxista sofre com os ataques provenientes do conservadorismo e a pesquisa científica deve reiterar sua atualidade, dando espaço também a novas formulações de seus jovens pesquisadores e pesquisadoras.

Portanto, essa pesquisa se justifica na preocupação de trazer uma análise dialética do papel das mulheres na sociedade, sem cair em um esvaziamento ou ignorar os avanços de estudos contemporâneos. A proposta de interlocução

crítica, objetiva que tais questões sejam interpretadas com rigor teórico necessário e para que não sejam apropriadas por campos de discussões conservadores ou meramente identitários.

A discussão aqui proposta visa estabelecer uma crítica a como está sendo colocada em centralidade a história das mulheres, além de como tem sido as discussões em torno de sua opressão, diversas vezes imbuídas de análises simplistas e com foco em aspectos puramente históricos.

É certo que a autora traz questões essenciais, abre caminhos de ampliação de um debate, mas interessa discutir de que forma e o conteúdo de como o faz. Federici (2017) se debruça em uma discussão muito importante de como as mulheres foram e continuam sendo tidas como bens comuns e propriedade privada, mas o objetivo aqui é confrontar se alguns de seus ataques ao marxismo a partir da análise da sua apropriação das categorias identificadas em sua obra.

Uma pesquisa dentro do Serviço Social não pode limitar um debate tão importante para a profissão como este, a maioria das profissionais são mulheres (CFESS, 2022) e a maioria das atendidas por essa profissão também (CISNE, 2015).

O denominado trabalho não remunerado, trabalho reprodutivo ou trabalho do cuidado, não pode estar à margem das discussões do valor da força de trabalho, pelo contrário, é essencial para a compreensão da reprodução da força de trabalho e consequente sobrecarga das mulheres¹.

As discussões que Federici (2017) traz não devem ser tratadas como menores ou notas de rodapé, mas deve-se avançar o debate estabelecendo as determinações necessárias para que, ancorados no método histórico-dialético, seja possível compreender a devida hierarquia das categorias, sua particularidade e sua essência. A crítica e revisão bibliográfica coloca autores em diálogo e é imprescindível para a produção intelectual.

Entende-se que são campos em disputa e compreende-se a dificuldade de difundir tais temas dentro da tradição marxista, até mesmo diante das próprias

¹ Assume-se aqui o conceito de trabalho produtivo como elaborado por Netto e Braz (2007), ancorado na crítica da economia política. Assim, entende-se o trabalho produtivo como aquele que gera a valorização do capital através do trabalho excedente (mais-valia). Portanto, “a força de trabalho possui um traço que a torna única e diferente de outras mercadorias: [...] ela gera um valor superior ao que custa” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 110).

diferenças internas dentro desse campo, mas precisamos alargar o debate de forma consistente.

Marx dedicou-se a formular categorias que dizem de relações universais, podemos, através de pesquisas, analisarmos uma sociedade e um período histórico concreto, mas sem fragmentar as categorias marxianas.

O tempo histórico e as determinações da dinâmica dos processos sociais colocam questões diferentes para um mesmo objeto. O trabalho feminino e a reprodução da classe trabalhadora, hoje, não são iguais a outros tempos históricos, mesmo que haja pontos cruciais que devem estar em voga como a “transição” do feudalismo para o capitalismo.

Assim, Federici (2017) permeia uma crítica a Marx, em que discorre que o autor não levou em conta a centralidade da utilidade da perseguição das mulheres para a consolidação do capitalismo e se assim o fizesse não teria visualizado progresso nesse modo de produção. Acredita-se que a única via de fazer esse diagnóstico da centralidade ou não da caça às bruxas para a acumulação primitiva é com o domínio do método materialista histórico-dialético.

Para compreender como a autora incorpora as categorias de Marx, escolhidas para serem trabalhadas por essa pesquisa, é de extrema relevância compreender o método crítico histórico-dialético, já que é a forma de análise da realidade da tradição marxista e que pode indicar a distância ou proximidade de uma obra da referida tradição.

Acerca do método de análise da realidade marxista, cabe demarcar que se configura com uma rica totalidade de muitas determinações e relações, por isso é necessário analisar os elementos constitutivos de um objeto e o nível de centralidade dele que impacta em sua particularidade (MARX, 2011).

Assim, não é possível de desvendar, em um momento de pesquisa ou uma única obra, o objeto em sua completude. A existência do objeto é independente, histórica e natural, antes das categorias mais concretas e captura-se do objeto momentos singulares que serão fixados e abstraídos (MARX, 2011).

Importa explicitar que o que chamamos de processo de abstração, em acordo com Marx (2011) é o modo de apropriar o concreto e o reproduzir como concreto mental.

Dessa forma, pode-se ter categorias mais abstratas ou mais concretas a depender do próprio movimento do objeto no real e do resultado mental de uma totalidade concreta (MARX, 2011).

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 2011. P. 77-78)

O modo de análise das categorias constitutivas de um objeto são fundamentais para desvelar o real. Por exemplo, o que se quer analisar nesse trabalho é exatamente como Federici o faz em sua obra “O Calibã e a Bruxa” e como essas categorias são apropriadas pela autora, enquanto tece críticas à teoria marxista.

Quando nos referimos a uma categoria estamos dizendo que esta, em sua forma abstrata, é produto de relações históricas e sua plena validade está no interior dela (MARX, 2011).

A partir desse ponto de vista, portanto, pode ser dito que a categoria mais simples pode expressar relações dominantes de um todo ainda não desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo desenvolvido que já tinham existência histórica antes que o todo se desenvolvesse no sentido que é expresso em uma categoria mais concreta. (MARX, 2011. P. 80)

De acordo com Marx (2011), as abstrações mais gerais surgem com o desenvolvimento mais concreto e mais rico, ou seja, geram o resultado mental de uma totalidade concreta. O concreto se dá então como uma unidade do diverso e uma síntese/resultado. E assim, o movimento do real se dá na unidade da aparência e da essência (SOUZA FILHO, 2005).

Não obstante, permanece sempre o fato de que as categorias simples são expressões de relações nas quais o concreto ainda não desenvolvido pode ter se realizado sem ainda ter posto a conexão ou a relação mais multilateral que é mentalmente expressa nas categorias mais concretas; enquanto o concreto mais desenvolvido conserva essa mesma categoria como uma relação subordinada. (MARX, 2011. P. 80)

Ao analisar um objeto é necessário compreender a sua sequência histórica, sua determinação e sua ordem natural, características que estão imbricadas diretamente, como esclarece Marx (2011).

Ainda, ao analisarmos o movimento de um objeto fica explícita sua contradição, a contradição estrutural da sociedade capitalista é o capital e o trabalho.

o núcleo da dialética materialista é exatamente a categoria da contradição – que expressa o movimento interno da realidade social, a tensão constante entre forças que se afirmam ao mesmo tempo em que se negam.” (NETTO, 2011, p. 90)

Uma mesma categoria possui posição diferente em diferentes sociedades e momentos históricos, mesmo tendo a essência de determinações mais universais e abstratas (MARX, 2011). A abstração então é um recurso da razão para apreender determinações e traduzi-las em categorias, somente a partir da abstração conseguimos desvendar as partes constitutivas do objeto (SOUZA FILHO, 2005).

As categorias indicam e constituem uma articulação interna da sociedade burguesa, são uma síntese de análise do movimento do objeto.

Desse modo, muito embora possa ter existido historicamente antes da categoria mais concreta, a categoria mais simples, em seu pleno desenvolvimento intensivo e extensivo, pode pertencer precisamente a uma forma de sociedade combinada, enquanto a categoria mais concreta estava plenamente desenvolvida em uma forma de sociedade menos desenvolvida. (MARX, 2011. P .81)

Ainda, em seu texto Prefácio de Para a Crítica da Economia Política, Marx (1859), traz elementos importantes para refletir sobre o método, reflete:

A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. (MARX, 1859, P. 2)

O autor nesse processo, ilumina uma questão fundamental no movimento de aproximação do real, de que toda antecipação de resultados a comprovar é prejudicial (MARX, 1859).

Para complementar esse debate e reforçar a importância do método, inferimos ao descrito por Souza Filho (2005), com base na teoria marxiana, de que a melhor forma de conhecer a realidade é a possibilidade de conhecer verdadeiramente um objeto.

Dessa forma, o conhecimento aparece enquanto uma reprodução mental do movimento real (SOUZA FILHO, 2005).

Ainda, é necessário refletir que o sujeito nesse processo de conhecimento não é neutro. Assim, o objeto sofre influência dos sujeitos bem como é fruto da ação dos sujeitos ao longo do processo histórico de sua constituição (SOUZA FILHO, 2005). O sujeito está implicado nesse processo, de forma ativa, mobilizando conhecimento, criticando e revisando (NETTO, 2011).

Para alimentarmos o método precisamos ter práxis - atividade humana sensível, que não é puramente subjetiva, mas não nega a subjetividade – e uma abordagem ontológica, capaz de captar a essência intrínseca ao objeto, reproduzindo mentalmente a dinâmica real: o concreto pensado (SOUZA FILHO, 2005).

Assim como já explicitado, que o sujeito interfere no processo de aproximação do objeto, importa salientar que a realidade, como demarca Souza Filho (2005), não deve ser encaixada no pensamento da forma como o sujeito deseja.

Em acordo com Souza Filho (2005) “O conhecimento verdadeiro não se revela apenas devido ao posicionamento do sujeito frente ao objeto.” Portanto, a universalidade de um objeto e sua ligação com seus aspectos singulares são dadas através da particularidade desse objeto, diante da lógica própria do objeto e não do sujeito que pesquisa. Há que se ter uma aproximação do objeto por saturação, através do exercício permanente de reflexão.

Desse modo, é imprescindível estabelecer um processo contínuo de investigação, já que esse movimento da busca do real e sua verificação na prática é sempre aproximativo. A prática se configura dessa forma como o critério da verdade, determinada pelo conhecimento (SOUZA FILHO, 2005).

Faz-se cada vez mais primordial identificar as contradições da sociedade burguesa para sua superação, partindo da classe proletária, sem neutralidade metodológica. Portanto, a tradição marxista é essencial em trazer à consciência social a estrutura e fundamentos da realidade social (SOUZA FILHO, 2005).

Nesse processo e para a pesquisa aqui pretendida, é essencial o que Souza Filho (2005) esclarece de que: não é suficiente só a análise do ponto de vista da classe trabalhadora para se colocar enquanto marxista e estar em acordo com o método, é preciso localizar a posição das determinações sem perder a totalidade da realidade.

Pode-se encontrar válidos elementos parciais em obras não-marxistas e é importante estabelecer essas interlocuções, tal qual se propõe nesse trabalho. Nesse sentido, retomando a hipótese da crítica aqui assumida, Federici (2017) se coloca enquanto marxista, mas em sua obra não processa as categorias dialeticamente alinhadas ao método.

Dessa forma, é importante compreender que há a possibilidade de realizar uma rearticulação categorial para adentrar conceitos de outros campos na tradição marxista.

A apropriação de determinadas categorias por Marx não foi feita de maneira automática. O que demarca esta apropriação é uma rearticulação das categorias importantes e, nesse processo, **caem as arbitrariedades para que possa expressar as relações objetivamente existentes**. (PAÇO-CUNHA, 2012, p. 1)

Dessa forma, optou-se por analisar a apropriação da autora das categorias, por expressarem determinações constitutivas do real e que em um primeiro contato são a aparência do objeto. Uma pesquisa do campo marxista necessita de estabelecer conexões, estruturas e contradições com rigor. Captar a lógica de um objeto é captar um conjunto de processos e de não de coisas acabadas (NETTO, 2011).

A totalidade é, dessa forma, uma realidade concreta que tem seus momentos constitutivos, por exemplo: a caça às bruxas é momento importante e constitutivo da acumulação primitiva ou, como Federici (2017) defende, foi o elemento central? A análise da autora preserva as particularidades e contradições mantendo a perspectiva de totalidade nesse processo?

Netto (2011) traz como a obra marxiana é exposta a tratamentos equivocados e como a teoria social carrega em si um projeto revolucionário, uma análise crítica e uma referência ideopolítica. Assim, o autor reforça como deve-se partir criticamente do conhecimento existente, sem negá-lo.

O que chamamos de teoria na tradição marxista é a modalidade peculiar de conhecer o objeto, sua estrutura e dinâmica, que estão em sua existência real e efetiva. A teoria representa o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador, uma reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito. Ou seja, é reproduzido no pensamento a estrutura e dinâmica do objeto pesquisado (NETTO, 2011).

Já o ideal, é o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado, através de método de exposição e método de pesquisa que possuem técnicas variadas (NETTO,2011).

O central nas análises marxistas são as condições materiais da vida social. Dessa forma, será discutido, por exemplo, como a acumulação primitiva tem em centralidade um processo de expropriação dos sujeitos das suas condições materiais de vida, o que não impede que a caça às bruxas tenha sido uma determinação importante nesse processo.

Esse movimento só consegue se efetivar após saturar na abstração as determinações e as reproduzir em uma “viagem de volta”, como bem exemplifica Neto (2011).

As categorias são históricas e transitórias, existem no concreto pensado em uma hierarquia para ser possível o processo de abstração e a chegar o mais próximo do real (NETTO, 2011). Existem totalidades mais determinantes que outras e isso não implica dizer que são menos importantes. Uma pesquisa marxista deve-se ter atenção para a totalidade, a contradição e a fazer a devida mediação ao analisar um objeto.

Cabe demarcar que a argumentação da autora, acerca do não reconhecimento da história das mulheres, é um processo presente em toda sociedade estruturalmente e que ainda está em voga, é a ação milenar do patriarcado e que deve ser discutida, denunciada e pesquisada.

Portanto, para o alcance do objetivo proposto será discutida, no capítulo 1, a acumulação primitiva enquanto categoria marxiana e será analisado o posicionamento da categoria no estudo de Federici. Adiante, no capítulo 2, serão apresentadas as categorias valor da força de trabalho e a relação com a superexploração da força de trabalho, para então analisar criticamente como Federici incorpora estas categorias da tradição marxista.

CAPÍTULO 1 – ACUMULAÇÃO PRIMITIVA EM MARX E FEDERICI

Esse capítulo discute em centralidade a acumulação primitiva enquanto categoria marxiana ao passo que analisa como Federici (2017) se apropria da categoria e a utiliza para dar centralidade à caça às bruxas para o processo de constituição do modo de produção capitalista.

1.1 MARX E A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

Marx (2017), já no início do cap 24 “A assim chamada acumulação primitiva” de “O Capital”, demarca que a acumulação primitiva é o ponto de partida do modo de produção capitalista e não seu resultado, a inversão dessa lógica muda todo o curso de análise desta categoria.

Nota-se um padrão de mecanismos similares na atualidade, mas que não são o mesmo fenômeno, pois são resultado do modo de produção capitalista e não seu ponto de partida. O autor inclusive compara a categoria com o “pecado original”.

Tal formulação é fundamento de mecanismos similares utilizados pelo capital até hoje, mas não significa que é uma extensão do mesmo fenômeno, como o autor demarca².

Seja como foi, deu-se assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (MARX, 2017. p. 785)

Ainda, Marx (2017) sinaliza que “ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (p. 786).

A separação entre trabalho e condições de trabalho foi o central para que a acumulação capitalista se concretizasse e essa separação sustentou-se com a subjugação do trabalhador (MARX, 2017). Assim:

² Harvey (2005, p. 63-64) formula o conceito de acumulação por espoliação que seria “a continuação e proliferação de práticas de acumulação que Marx tratava como ‘primitivas’ ou ‘originais’ durante o surgimento do capitalismo” demarcando que esta não é um resquício histórico, mas uma dinâmica permanente e intrínseca ao capitalismo, uma estratégia de recomposição das taxas de lucro através de práticas violentas e predatórias. Diferente da acumulação primitiva é uma dimensão estrutural.

(..) por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. (MARX, 2017. P. 786)

Importa demarcar que essa “transição” não ocorreu de forma autônoma, mas “a estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela” (MARX, 2017. P. 786).

Marx (2017) deixa explícito, em diversas passagens, com exemplos de sociedade concretas, que os métodos da acumulação primitiva foram extremamente violentos.

acima de tudo, os momentos, em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas ao mercado de trabalho como trabalhadores absolutamente livres. (MARX, 2017. P. 787)

Para a reflexão aqui proposta cabe ressaltar que o autor cita que esses processos ocorreram em tonalidades distintas nos diversos países, ou seja, a acumulação primitiva e seu elemento central, da separação do trabalhador e das condições de trabalho, pode assumir diferentes particularidades a depender do período histórico, da formação social e outras determinações. Pode-se pensar a caça às bruxas, como uma dessas, como será explicitado melhor no segundo tópico desse capítulo.

Marx (2017), explicita sua argumentação sobre a categoria acumulação primitiva demonstrando a expropriação das terras comunais e como essas terras em que viviam pessoas foram sendo ocupadas por pastagens.

Ainda, a Igreja teve papel central para o “impulso de expropriação violenta”.

O que o sistema capitalista exigia, ao contrário, era uma posição servil das massas populares, a transformação destas em trabalhadores mercenários e a de seus meios de trabalho em capital. (MARX, 2017. P. 792)

O que Marx faz é dialeticamente conversar a história da Idade Média, os fatores que levaram à transição do feudalismo ao capitalismo e os agentes desse processo, de forma mais geral e abstrata. Portanto o foco do autor não está nas particularidades das violências submetidas para expropriação e a separação do trabalhador de suas condições de trabalho.

Aliado a esse processo, surgiram massas de sujeitos incapazes de prover sua própria subsistência, gerando assim o pauperismo, além dessas mazelas, quem não estivesse no trabalho era perseguido e tido como “vagabundo” (MARX, 2017). Por exemplo:

Quando se descobrir que um vagabundo esteve vadiando por 3 dias, ele deverá ser conduzido à sua terra natal, marcado com um ferro em brasa no peito com a letra V e acorrentado para trabalhar nas estradas ou ser utilizado em outras tarefas. (MARX, 2017. P. 806)

Dessa forma, os sujeitos são tratados como propriedade e a pobreza, gerada pela falta de acesso aos meios de se reproduzir, como crime. Marx (2017) cita casos em que alguns foram enforcados, como as bruxas que Federici (2017) retrata.

De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, aproximadamente 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todos os seus vilarejos foram destruídos e incendiados; todos os seus campos transformados em pastagens. Soldados britânicos foram incumbidos da execução dessa tarefa e entraram em choque com os nativos. Uma anciã morreu queimada na cabana que ela se recusara a abandonar. (MARX, 2017. P. 802)

Mesmo recebendo salários estes eram suficientes, já que perderam o acesso aos meios de produção. Assim, é gerada uma estreita relação entre riqueza nacional e pobreza do povo.

Com efeito, a usurpação da terra comunal e a conseguinte revolução da agricultura surtem efeitos tão agudos sobre os trabalhadores agrícolas que, segundo o próprio Eden, entre 1765 e 1780 o salário desses trabalhadores começou a cair abaixo do mínimo e a ser complementado pela assistência oficial aos pobres. Seu salário, diz ele, “já não bastava para satisfazer as necessidades vitais mais elementares. (MARX, 2017. P. 799)

Nessa dinâmica, a população rural precisou ser liberada para a indústria, ao passo que os arrendatários capitalistas enriqueceram com o empobrecimento da população rural, o campesinato foi sendo aniquilado e cada vez mais estava em menor número e condições piores. (MARX, 2017).

Assim, a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado. (MARX, 2017. P. 808)

Outro elemento sumário para a acumulação primitiva foi o cercamento das terras e os chamados “clareamentos” que tinham o objetivo de varrer as terras de seres humanos. “No ano de 1825, os 15 mil gaélicos já haviam sido substituídos por 131 mil ovelhas (MARX, 2017. P. 802)”.

A exploração do trabalho atinge níveis altos aliados a uma legislação do trabalho assalariado que estabelece, por exemplo um salário máximo, assim como a coalização dos trabalhadores e penalizações por se organizarem. Tais fato representam uma sórdida ação do Estado.

A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva. (MARX, 2017. P. 809)

A violência extraeconômica, para se obter ganhos econômicos, utilizada para a acumulação primitiva, teve como fomento ações da Igreja - como a caça às bruxas.

Acerca da violência presente na acumulação primitiva, Marx é categórico ao dizer que:

Esta compreende uma série de métodos violentos, dos quais passamos em revista somente aqueles que marcaram época como métodos da acumulação primitiva do capital. A expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis. (MARX, 2017. P.831)

Marx (2017) traz à tona outro exemplo, da cruel violência do período em questão, que era a recusa de vender comida a não ser por altos preços, diante do mercado criado. Dessa forma, “a violência é parteira de toda a sociedade velha que está preenche de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica” (MARX, 2017. P. 821).

Percebe-se pela argumentação do autor como a acumulação primitiva teve diversos momentos com métodos de violência brutais e particulares. Cabe demarcar que esse foi um processo lento de séculos que Marx (2017) tenta abstrair e capturar os elementos centrais.

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evolir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. (MARX, 2017. P. 808)

No bojo desse processo, os meios de subsistência e a matéria prima agrícola convertem em elemento do capital constante, somado a isso o trabalho se realiza no lucro de poucos capitalistas e a indústria doméstica rural é destruída, aparecendo as bases do sistema capitalista. O autor ainda, compara a gênese do capitalista industrial com a do arrendatário e explicita como a primeira não se deu de modo tão gradativo como a última (MARX, 2017).

Desse modo, a expropriação dos camponeses que antes cultivavam suas próprias terras e agora são apartados de seus meios de produção acompanha a destruição da indústria rural subsidiária, o processo de cisão entre manufatura e agricultura. E apenas a destruição da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país a amplitude e a sólida consistência de que o modo de produção capitalista necessita. (MARX, 2017. P. 818)

A função da colonização para a acumulação primitiva, também é uma questão abordada por Marx (2017), sobre essa questão reitera: “Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital” (823).

Reconhece assim, como um processo fundamental:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. (MARX, 2017. P. 821)

Além disso, segundo o autor, a dívida pública aparece como uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Os sistemas tributários e protecionistas também aparecem como fonte de acumulação.

O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios de produção e de subsistência nacionais, de abreviar violentamente a transição do modo de produção antigo para o moderno. A patente desse invento foi ferozmente disputada pelos Estados europeus, que, a serviço dos extratores de mais-valor, perseguiram esse objetivo não só saqueando seu próprio povo, tanto direta, por meio de tarifas protecionistas, quanto indiretamente, por meio de prêmios de exportação etc., mas também extirpando violentamente toda a indústria dos países que lhes eram contíguos e deles dependiam. (MARX, 2017. P. 826)

Marx (2017) ainda demonstra conhecer o processo da caça às bruxas quando diz: “À mesma época em que na Inglaterra deixou-se de queimar bruxas, começou-se a enforcar falsificadores de notas bancárias.”

Acerca de algumas particularidades extremamente relevantes nesse processo, o autor cita que as nações se utilizavam de toda infâmia para a acumulação de capital como até mesmo o roubo de crianças e escravidão infantil

Ao mesmo tempo que introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão do Novo Mundo. (MARX, 2017. P. 829)

De certo, “O capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés.” (MARX, 2017. P. 830). E ao atingir certo nível de desenvolvimento, ele engendra os meios materiais de sua própria destruição, é o que Marx (2017) traz como a negação da negação desse modo de produção.

O capitalismo precisou criar sujeitos miseráveis e caçar mulheres, acusando-as de serem bruxas, para sustentar a mudança econômica que estava sendo gerada, apropriando-se do trabalho dos sujeitos e condenando os que se rejeitavam ou não estavam dentro dessa dinâmica.

Fica claro a relação dialética entre exploração e opressão. Mas cabe salientar, que dentro dessa relação dialética, a depender do objeto que está sendo estudado - nesse caso a acumulação primitiva - não se pode sobrepor a opressão à exploração. Como vimos, na introdução, a análise guiada pelo método crítico histórico-dialético pressupõe hierarquia entre as categorias e isso não quer dizer que sejam menos importantes.

1.2 INTERPELAÇÃO CRÍTICA DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA EM FEDERICI

A autora Silvia Federici em “Calibã e a Bruxa” (2017) sinaliza partir da fundamentação sobre a acumulação primitiva formulada por Marx (2017), reconhecendo ser essencial o uso da categoria para sua pesquisa em algumas passagens.

Mas, ao discorrer acerca da acumulação primitiva, aponta se afastar de Marx e utiliza a categoria em contextos distantes do que Marx propôs.

o retorno em escala mundial de um conjunto de fenômenos que normalmente vinham associados à gênese do capitalismo. Entre eles se encontra uma nova série de cercamentos que expropriou milhões de produtores agrários de suas terras, além da pauperização massiva e da criminalização dos trabalhadores por meio de políticas de encarceramento. (FEDERICI, 2017. p. 24)

Por exemplo, na passagem acima sinaliza que há um retorno dos fenômenos da acumulação primitiva. Mas entende-se que o que ocorre na contemporaneidade, desde a consolidação do capitalismo, é resultado desse processo, continuam ocorrendo expropriações e violências, próprias do modo de produção capitalista. Dessa forma, acumulação primitiva enquanto categoria marxiana significa o ponto de partida desse sistema predatório (MARX, 2017).

Se aplicarmos, no entanto, as lições do passado ao presente, nos damos conta de que a reaparição da caça às bruxas em tantas partes do mundo durante a década de 1980 e 1990 constitui um sintoma claro de um novo processo de “acumulação primitiva”, o que significa que a privatização da terra e de outros recursos comunais, o empobrecimento massivo, o saque e o fomento de divisões de comunidades que antes estavam em coesão tem voltado a fazer parte da agenda mundial. (FEDERICI, 2017. P. 430)

Cabe sinalizar que foi realizada uma imensa acumulação de trabalho com base na violência e em outros mecanismos (FEDERICI, 2017), mas não analisar a acumulação primitiva enquanto categoria, pode gerar erros de análises das dinâmicas sociais de formações concretas.

Dessa forma, o que ocorre e cria as determinações, objetos de investigação científica, inclusive no campo marxista, fazem parte do modo de produção capitalista operando de forma plena. Esses eventos não são uma extensão da acumulação primitiva, mas representam, como para sua conservação, esse sistema se apropria de expropriações, da privatização, da pauperização, do encarceramento em massa e da violência.

Federici (2017) argumenta que houve uma intensificação da violência contra as mulheres e um possível retorno da caça às bruxas. Ademais, fica a indagação se podemos afirmar que há uma intensificação da violência contra as mulheres ou se essa violência sempre esteve presente - de formas e medidas diferentes a depender da conjuntura, do momento histórico e da formação social analisada.

A autora almeja se debruçar sobre fenômenos contemporâneos associados à gênese do capitalismo, o que se faz totalmente válido. Mas é necessário demarcar que não são uma extensão da acumulação primitiva e sim o *modus operandi* do capitalismo. Tal questão não é mero preciosismo, mas modifica totalmente as análises que são feitas a partir da acumulação primitiva e da gênese do sistema capitalista.

Com ênfase, Federici (2017) explicita que se afasta de Marx por examinar com **centralidade** as mudanças que a acumulação primitiva introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho (p.26).

Portanto, a autora deixa claro que sua formulação visa o afastamento de Marx por duas vias: diz que Marx faz a análise do ponto de vista do proletariado assalariado do sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadores e ela, em contraponto, visa analisar o ponto de vista das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho e diferencia-se pela avaliação do legado e da **função da acumulação primitiva** (FEDERICI, 2017).

No tópico 1.1 foi explicitado como, Marx (2017) traz outras particularidades apesar de centrar sua análise na base econômica que é desenvolvida na acumulação primitiva.

Compreende-se que avaliar o legado e função da acumulação primitiva é totalmente plausível, mas deve-se ater como a categoria marxiana acumulação primitiva é apropriada e significada pela autora.

Por outro lado, não encontramos em seu trabalho nenhuma menção às profundas transformações que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres. Na análise de Marx sobre a acumulação primitiva tampouco aparece alguma referência à “grande caça às bruxas” dos séculos XVI e XVII, ainda que essa campanha terrorista patrocinada pelo Estado tenha sido fundamental para a derrota do campesinato europeu, facilitando sua expulsão das terras anteriormente comunais. (FEDERICI, 2017.P. 118)

Assim, Federici (2017) sinaliza que constrói a sua argumentação com o objetivo de trazer à tona fenômenos ausentes em Marx - o que é próprio da tradição marxista que recupera os elementos formulados por Marx ou suas lacunas e, a partir do método histórico crítico dialético, acrescenta, reformula e complementa os estudos de Marx.

Entretanto, ao analisar sua obra, é perceptível que para construir sua argumentação, com o objetivo de centrar sua discussão na caça às bruxas, não consegue se afastar totalmente dos fenômenos que almeja, já que o desenvolvimento produtivo do capital e a separação do trabalhador e as condições de trabalho é o terreno da violenta perseguição às mulheres na Europa.

Há que se contrapor à sua colocação de que Marx, ao discorrer sobre o surgimento dos assalariados, visa apagar as mudanças que produziu na produção social das mulheres. O objeto e proposta de estudo do autor é o modo de produção capitalista em sua totalidade. Assim, precisam ser realizadas as determinações e abstrações necessárias para análises das particularidades de um fenômeno, sociedade ou período histórico específico.

Foi nesse contexto que nasceu Calibã e a Bruxa, já que parecia importante identificar os processos históricos pelos quais essas relações estruturais foram construídas. A este respeito, o trabalho de Marx não nos foi útil. Os três tomos de O Capital foram escritos como se as atividades diárias que sustentam a reprodução da força de trabalho fossem de pouca importância para a classe capitalista, e como se os trabalhadores se reproduzissem no capitalismo simplesmente consumindo os bens comprados com o salário. Tais suposições ignoram não só o trabalho das mulheres na preparação desses bens de consumo, mas o fato que muitos dos bens consumidos pelos trabalhadores industriais – como açúcar, café e algodão – foram produzidos pelo trabalho escravo empregado, por exemplo, nas plantações de cana brasileiras. (FEDERICI, 2017. P.12)

Nesta passagem a autora deixa claro que, em sua perspectiva, Marx não foi útil para identificar os processos históricos pelos quais as relações estruturais acerca da reprodução e da posição social das mulheres foram construídas, mas exatamente Marx (2017) trabalha com elementos universais, mas para fazer a análise acerca do tema que propõe são necessárias mediações e determinações particulares sobre as mulheres.

Diante dessa construção podemos inferir que a autora utiliza de abstrações marxistas, para explorar realidades concretas e objetivas dos

sujeitos, sem estabelecer as determinações necessárias, culpando Marx por não ter discutido cada uma dessas dinâmicas e particularidades.

Ao analisar sua obra fica nítido que seu objetivo está na discussão da reprodução da força de trabalho – categoria também discutida por Marx em suas obras -, mas para sua argumentação a autora acaba por não considerar enquanto categoria marxiana, mas em um termo/conceito. A autora afirma que:

O livro que resultou dessa investigação, *O grande Calibã: história do corpo social rebelde na primeira fase do capital* (1984), foi uma tentativa de repensar a análise da acumulação primitiva de Marx a partir de um ponto de vista feminista. Porém, nesse processo, as categorias marxianas amplamente aceitas se demonstraram inadequadas. Dentre as “baixas”, podemos mencionar a identificação marxiana do capitalismo com o advento do trabalhador “livre”, que contribui para a ocultação e naturalização da esfera da reprodução. (FEDERICI, 2017.p.19)

Marx (2017) utiliza trabalhador livre para situar o advento da liberação para a venda do trabalhador do que o resta: sua força de trabalho, diante da destruição de seus meios de subsistência, não oculta ou naturaliza os fenômenos do âmbito da reprodução.

O trabalhador surge, portanto, em primeiro lugar, no mercado como possuidor da mercadoria força de trabalho, o que pressupõe que ele é livre como pessoa, proprietário da sua capacidade de trabalho. Por outro lado, essa pessoa, para poder vender sua força de trabalho, **não deve dispor de quaisquer outros meios de subsistência**, nem de meios de produção próprios; só assim ele é compelido a se vender livremente. (MARX, 2013, p. 208)

Assim, o trabalhador livre é uma contradição aparente, já que o trabalhador é livre juridicamente e formalmente para vender sua força de trabalho, mas essa dinâmica induz e o prende à exploração.

Nesse ponto Federici (2017), coloca como inadequadas as categorias marxianas, mas a autora não traz argumentos contundentes e explicativos de quais categorias se refere ou a razão para não serem adequadas.

Essa análise se diferencia também da marxiana em sua avaliação do legado e da função da acumulação primitiva. Embora Marx fosse profundamente consciente do caráter criminoso do desenvolvimento capitalista – sua história, declarou, “está escrita nos anais da humanidade com letras de fogo e sangue” –, não cabe dúvida de que considerava isso como um passo necessário no processo de libertação humana. Marx acreditava que o desenvolvimento capitalista acabava com a propriedade em pequena escala e incrementava (até um grau não alcançado por nenhum outro sistema econômico) a capacidade produtiva do trabalho, criando as condições materiais para liberar a humanidade da escassez e da necessidade. Também supunha que a violência que havia dominado as primeiras fases da expansão capitalista retrocederia com a maturação das relações capitalistas; a partir desse momento, a exploração e o disciplinamento do trabalho seriam alcançados fundamentalmente por meio do funcionamento das leis

econômicas (Marx, [1987] 1909, t. I). Nisso, estava profundamente equivocado. Cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época. (FEDERICI, 2017. P. 27)

No privilégio da análise do presente sabe-se os impactos do capitalismo que a autora discorre, mas Marx, adianta tendências de fenômenos estruturais e universais do modo de produção capitalista. Acerca da “libertação” tem em Marx o sentido de que os trabalhadores estavam livres para a venda da sua força de trabalho, não que isso fosse uma vantagem e algo benéfico. Sobre a capacidade produtiva é inegável que o capital amplia em larga escala e poderia por exemplo, acabar com a fome se não fossem seus objetivos de apropriação e lucro individuais. De forma central, o que Marx (2017) aponta é que o desenvolvimento das forças produtivas para a produção excedente poderia propiciar as condições materiais para o advento do comunismo de “abundância.” Ainda, cabe demarcar que o autor não considerava um passo necessário, mas em seus estudos chega a essa constatação.

Trazendo a citação referida pela autora:

Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (MARX, 2017. P. 787)

Cabe sinalizar que em toda a história as mulheres foram perseguidas, assim como no feudalismo, pois o que gera a opressão das mulheres são os elementos históricos do patriarcado e que o capital se aproveita em maior e menor escala a depender de seus interesses. Reitera-se que a exploração das mulheres possui particularidades.

Entende-se que exploração e opressão, classe e gênero são categorias complementares e indissociáveis, mas que possuem suas particularidades diante da totalidade de relações expressas por um objeto.

A exploração é uma categoria econômica específica, enquanto a opressão pode ocorrer fora das relações de produção capitalistas e tem raízes em diversas formações sociais, culturais e históricas. [...] O capital pode explorar através do trabalho assalariado e, ao mesmo tempo, manter formas de opressão para reforçar essa exploração.” (HARVEY, 2014, p. 289)

Mas quando Marx situa o advento do trabalhador livre, não está referindo que seria o caminho da libertação humana.

Devo acrescentar que Marx nunca poderia ter suposto que o capitalismo preparava o caminho para a libertação humana se tivesse olhado sua história do ponto de vista das mulheres. Essa história ensina que, mesmo quando os homens alcançaram certo grau de liberdade formal, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão. “Mulheres”, então, no contexto deste livro, significa não somente uma história oculta que necessita se fazer visível, mas também uma forma particular de exploração e, portanto, uma perspectiva especial a partir da qual se deve reconsiderar a história das relações capitalistas. (FEDERICI, 2017. P. 17)

A autora retrata que as mulheres foram excluídas do desenvolvimento capitalista, mas em sua argumentação também traz argumentos de como foram as que mais sofreram com o processo. Assim, reflete-se que caso tivessem sido excluídas, as dinâmicas do sistema capitalista não incidiriam sobre suas condições de vida. Novamente, o que ocorre sobre as condições de vida das mulheres é uma particularidade ancorada no patriarcado.

As críticas de que as mulheres estiveram à margem da produção, de que foram sobrecarregadas de funções de reprodução da força de trabalho, de que foram desmerecidas e de que seus salários eram mais baixos, são amplamente válidas. Mas tais elementos só demonstram as particularidades de sua inserção no capitalismo e não uma exclusão. Marx reconhece que:

significou também que o salário real agora podia ser reduzido, ao mesmo tempo que o trabalho feminino podia ser mais desvalorizado com relação ao masculino, por meio da manipulação monetária. (MARX, 2017. P. 147)

A autora tende a comparar processos e dinâmicas de sociedades concretas distintas sem a compreensão da hierarquia das categorias e da necessidade de compreensão da formação social divergente.

sustento aqui que a perseguição às bruxas, tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras. (FEDERICI, 2017. P. 26)

Parece-nos mais acertado compreender que a caça às bruxas foi necessária ao capital para se estruturar, assim como outras determinações particulares e

violentas, mas que não sustentariam o capitalismo sem separação entre produtor e meio de produção.

É importante reiterar que como a autora coloca “os europeus haviam trazido a morte à América”, com suporte da Igreja que explicava como castigo divino o extermínio dos povos originários das Américas (FEDERICI, 2017). Acrescento que diante desses processos é inegável que as mulheres pagam os preços mais alto, até mesmo com suas vidas e dar luz é essa questão é um salto de argumentação na produção da autora.

Acerca disso, a autora sinaliza que o período de fome na Europa foi cessado, com a expansão econômica propiciada pela colonização. Dessa forma, fica explícito que não podemos analisar a obra da autora trazendo seus elementos para todas as sociedades, porque as mulheres das colônias passavam por outros processos e dinâmicas também violentos, mas não iguais.

Conforme defendi, a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiu ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” **e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino**. Em muitos casos, serviram também para desviar o antagonismo de classe para um antagonismo entre homens e mulheres. Dessa forma, a acumulação primitiva foi, **sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdade, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos**. Como vimos, os trabalhadores homens foram frequentemente **cúmplices** deste processo, tendo em vista que tentaram manter seu poder com relação ao capital, por meio da desvalorização e da disciplina das mulheres, das crianças e das populações colonizadas pela classe capitalista. **No entanto, o poder que os homens impuseram sobre as mulheres, em virtude de seu acesso ao trabalho assalariado e sua contribuição reconhecida na acumulação capitalista, foi pago pelo preço da autoalienação e da “desacumulação primitiva” de seus poderes individuais e coletivos.** (FEDERICI, 2017. P.232)

A citação acima deixa a indagação de como se daria esse processo do salário masculino acumular trabalho feminino. Podemos inferir que seria pelas mulheres fazerem os serviços de reprodução da classe trabalhadora e que esses serviços/bens necessários incidem diretamente sobre o tempo necessário de produção e com isso sobre o valor da força de trabalho, mas estas são só conclusões preliminares e sem aprofundamento, que será tratada no próximo capítulo.

Ela ainda acrescenta que a acumulação primitiva acumulou desigualdade, hierarquias e divisões entre os trabalhadores, questão própria do sistema

capitalista. Mas ao dizer que os homens eram cúmplices desse processo a autora transfere uma responsabilidade que é intrínseca ao funcionamento do modo de produção capitalista.

Não podemos, portanto, identificar acumulação capitalista com liberação do trabalhador, mulher ou homem, como muitos marxistas (entre outros) têm feito, ou ver a chegada do capitalismo como um **momento de progresso histórico**. Pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas divisões impostas – especialmente a divisão entre homens e mulheres – que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta. . (FEDERICI, 2017. P. 119)

Para objetivar a centralidade de sua discussão, Federici (2017) infere que o trabalho doméstico foi colocado como irrelevante para a acumulação primitiva. Considera-se que esse trabalho é estrategicamente, de forma ideológica, colocado como irrelevante, o que não significa que não sustente o capitalismo e que os autores marxistas compreendam dessa forma.

Federici (2017) como ponto chave para discutir o que chama de trabalho reprodutivo, cita que na “transição” do feudalismo para o capitalismo a reprodução do trabalho passou a ser considerada sem valor, com a criação da figura de dona de casa e uma redefinição da posição das mulheres na sociedade. Apresenta que em meados do século XVI mulheres recebiam $\frac{1}{3}$ do salário de um homem realizando a mesma função (FEDERICI, 2017). Mas a desvalorização do trabalho reprodutivo também impactou os homens na medida que desvalorizou a força de trabalho. O trabalho produtivo e a reprodução da classe trabalhadora estão dialeticamente ligados nesse sistema (MARX, 2017).

Em outro ponto a autora traz que o extermínio das “bruxas” e a extensão do controle estatal a qualquer aspecto da reprodução se converteram nas pedras angulares da acumulação primitiva (FEDERICI, 2017. P. 46), tem-se acordo da importância desse do processo, mas como citado anteriormente, é uma das pedras angulares e não a central.

Cada um desses conceitos faz referência a um marco conceitual que serve como ponto de referência para este trabalho: o feminista, o foucaultiano e o marxista. Por isso, vou começar esta introdução com algumas observações sobre a relação entre minha própria perspectiva de análise e cada um desses marcos de referência. (FEDERICI, 2017. P.15)

A autora traz elementos históricos relevantes, mas ao criticar muitas correntes de pensamento/científicas diferentes, como relata almejar na citação acima, em uma única produção, parece afastar-se de elementos centrais e estruturais. Em suas palavras “o livro reúne análises sociais políticas e filosóficas que geralmente são separadas por linhas disciplinares” (FEDERICI, 2017. p.13).

Ao contrário das feministas, os historiadores marxistas, salvo raras exceções – inclusive quando se dedicam ao estudo da “transição ao capitalismo” – relegaram a caça às bruxas ao esquecimento, como se carecesse de relevância para a história da luta de classes. As dimensões do massacre deveriam, entretanto, ter levantado algumas suspeitas: em menos de dois séculos, centenas de mulheres foram queimadas, enforcadas e torturadas. Deveria parecer significativo que a caça às bruxas foi contemporânea ao processo de colonização e extermínio das populações do Novo Mundo, aos cercamentos ingleses, ao começo do tráfico de escravos, à promulgação de “leis sangrentas” contra vagabundos e mendigos, e que alcançaram seu ponto culminante no interregno entre o fim do feudalismo e a “guinada” capitalista, quando os camponeses na Europa alcançaram o ponto máximo do seu poder, ao mesmo tempo que sofreram a maior derrota da sua história. Até agora, no entanto, este aspecto da acumulação primitiva tem permanecido como um verdadeiro mistério. (FEDERICI, 2017, P. 293)

À vista disso, os elementos extraeconômicos, como Marx (2017) denomina - os processos violentos com os “vagabundos” e principalmente com crianças e mulheres - foram fundamentais e corroboraram para que se concretizasse a acumulação primitiva, sustentando o desenvolvimento do capital. Mas a mudança e desenvolvimento da produção, assim como as expropriações que separam o trabalhador dos meios de trabalho, são os processos sumários que não devem ser depreciados para que se investiguem outras dinâmicas, como a caça às bruxas.

A separação entre capital e trabalho precisou de fundamentos extraeconômicos, violentos, que em seu nível de abstração que Marx não deixa de reconhecer que existiram. O que indica que outras pesquisas com determinações de elementos de sociedades concretas podem fazê-lo. Dessa forma, não parece mero esquecimento ou mistério.

Na citação “na mesma época em que na Inglaterra deixou-se de queimar bruxas, começou-se a enforcar falsificadores de notas bancárias” encontrada no Capítulo 24 de seu livro “O Capital” volume 1, fica aparente que Marx sabia que existiam outros processos e não os chamou de menos importantes ou os desmereceu, mas suas análises tinham outros objetivos próprios de seu tempo histórico e de seu caminho de pesquisa.

Defende-se que a crítica da economia política e a teoria social trazem elementos basilares para que possamos analisar historicamente o modo como: o capitalismo assumiu sua forma, enquadrando os sujeitos em uma ordem exploradora/opressora e como fundamento utilizou-se de mecanismos truculentos, assim como a perseguição às mulheres, para atingir seus objetivos.

Inquieta-nos que a tradição marxista tem como pressuposto dar continuidade às questões pontuadas por Marx, exatamente com a entrada em fenômenos ausentes em Marx, mas tais formulações não significam uma necessidade de afastamento com o marxismo e as categorias marxianas.

Compreende-se assim, que é essencial reconhecer a história esquecida das mulheres, entretanto no estudo aqui proposto, não se tem acordo com a autora da necessidade de afastar-se da teoria marxista para esse objetivo ou de utilizar das categorias marxianas de forma fragmentada ou distorcida, sem nenhum prejuízo ao debate trazer também outros autores fora dessa tradição.

Federici já na introdução de seu livro aponta:

Entretanto, o livro NÃO É um apêndice ao relato de Marx sobre a acumulação primitiva. Como eu estava por descobrir, analisar o capitalismo do ponto de vista da reprodução da vida e da força de trabalho significava repensar todo o processo de sua formação. (FEDERICI, 2017.P.12)

Nesse trecho da autora, pode-se refletir acerca do que ela entende por apêndice, já que dentro da tradição marxista, como já exposto, há a possibilidade de continuar estudos e análises de sociedades concretas sem ser um apêndice e sem romper com Marx, a partir do método histórico crítico dialético. Seu método de análise da realidade deixa lacunas de ordem primárias, já que sua produção teórica visa repensar todo um processo em que já existem produções teóricas consistentes.

Defende-se que não é adequado estabelecer apêndices, visto a importância da perseguição às mulheres para a constituição do capitalismo, mas que ao analisar e aprofundar as questões que atravessam as mulheres na sociedade, a análise de Marx - acrescida de outros autores e fundamentações - é primordial para determinar o terreno da função das mulheres nesse pôr histórico da acumulação primitiva.

Assim, dizer que é necessário repensar todo um processo que outros estudiosos e estudiosas já acumularam, como Federici (2017) traz, quebra com

a história e a dialética e pode enfraquecer os argumentos. Toda pesquisa tem um ponto de partida.

Não há como, na perspectiva aqui assumida, discutir o trabalho das mulheres sem adentrar na crítica da economia política, suas categorias e nas determinações que o modo de produção capitalista impõe.

Marx (2017) não deixa de reconhecer por diversas vezes a importância de outros processos fundamentais para a acumulação primitiva ocorrer.

Federici (2017) faz alusão de que seu livro foi concebido “dentro dessa tradição”, a marxista, fica controverso diante do exposto acima. Em consequência disso, é possível notar que Federici (2017) não se apropria de das categorias marxianas enquanto categorias, mas como termos e conceitos, apesar de se intitular marxista.

Ao simplesmente analisar elementos históricos sem explicitar categorias importantes da tradição marxista, há uma tendência a não se argumentar de forma contundente a essência do objeto estudado.

É notório que fragmentar os aspectos econômicos e extraeconômicos basilares da exploração/opressão das mulheres não contribui para desvelar, de forma eficaz, os processos estruturais e os particulares que criaram e que alimentam a exploração/opressão severa sofrida pelas mulheres nesse sistema.

Não é necessário repensar todo o processo, mas estabelecer criticamente elementos centrais e basilares de como, especificamente as mulheres, foram solapadas no processo de consolidação do capitalismo e como se apropria dessa dinâmica até hoje.

Tem-se total acordo com a autora de que as mulheres são essenciais na produção, na história das transformações, na reprodução da vida e na força de trabalho durante a “transição para o capitalismo” (FEDERICI, 2017) e todos esses processos acontecem de formas particulares, mas ao se afastar de elementos da estrutura da economia capitalista, pode-se enfraquecer o debate e não se alcançar o objetivo de demonstrar de forma pragmática e objetiva as implicações desde a gênese do capitalismo na produção e consequentemente na reprodução.

Compreende-se plausível a denúncia do atraso na produção científica acerca da esfera da reprodução da força de trabalho e o retrato dos mecanismos próprios de um sistema que invisibiliza o papel e as funções exercidas em sua

maioria pelas mulheres. Mas que se dá pelos próprios elementos que necessitam estar em discussão, o esvaziamento da discussão do trabalho das mulheres, seja remunerado ou não remunerado, é consequência e ponto de partida.

É de fundamental relevância o que Federici (2017) aponta da necessidade do capitalismo de destruir os sujeitos femininos, mas em contraponto também traz toda a histórica resistência das mulheres, mesmo nos momentos de perseguição. Dessa forma, fica explícito como o capitalismo tenta destruir “os sujeitos femininos”, mas contraditoriamente como necessita essencialmente das mulheres para sua sustentação.

Assim, o desmerecimento social do trabalho doméstico e das tarefas reprodutivas operadas pelas mulheres é fluxo e contrafluxo da dinâmica capitalista. Cabe a nós ocupar o processo de pensar, de fazer ciência, pesquisa e história, já que é uma crítica cabível à academia, ciência e sociedade. Mas, não há que se negar o produzido até agora e sim mostrar como mulheres sempre escreveram a história, estando sempre presentes com centralidade na produção e reprodução do capitalismo.

Federici (2017) indaga: por que depois de quinhentos anos de domínio do capital, no início do terceiro milênio, os trabalhadores em massa ainda são definidos como pobres, bruxas e bandoleiros? A resposta consegue ser encontrada em Marx, diante de como o modo de produção opera, essencialmente na lei geral de acumulação capitalista e na lei do valor da força de trabalho e como ele necessita de colocar os sujeitos como pobres, bruxas e bandoleiros, para exponenciar sua exploração. A existência da relação entre a expropriação e a pauperização com o permanente ataque contra as mulheres é inegável.

O capital para sua expansão necessita de controle social, dessa forma, “não é possível impor-se sobre outras pessoas sem rebaixá-las a um ponto em que até mesmo a possibilidade de identificação torna-se inviável (FEDERICI, 2017).”

A autora, durante sua argumentação, vai com fatos históricos demonstrando como as relações ocorriam no feudalismo, sejam as relações econômicas, de resistência, a crise na Europa feudal, a divisão social, a sexualidade, a heresia e as relações com a Igreja (FEDERICI, 2017). Dessa

forma, apresenta argumentos que levam a reflexão que o sistema feudal também não era baseado na liberdade das mulheres.

Mas argumenta que a solidariedade e preocupação mútua e a cooperação com outras mulheres, foi fonte de poder e proteção para as mulheres nesse sistema, como formas cotidianas de resistência. Dessa forma, as mulheres alcançaram uma posição elevada nos movimentos milenaristas e heréticos e importa demarcar que foi o movimento que estabeleceu esse avanço e não o feudalismo e suas relações por si só.

A importância das mulheres no poder feudal se dava de forma que “na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho: todo o trabalho contribuía para o sustento familiar” (FEDERICI, 2017. P. 52).

A autora destaca as lutas e resistências no período. A caça às bruxas, nesse sentido foi um ataque à resistência das mulheres contra a disciplina capitalista do trabalho e construção de nova ordem patriarcal. Ela relata que as mulheres eram as principais inimigas do domínio colonial, que a figura dos hereges foi se tornando a figura da mulher para criação do estereótipo de bruxa (FEDERICI, 2017).

Portanto, a crítica da autora de que o modo de produção capitalista muda os termos da reprodução e com isso a função das mulheres e com a crise do feudalismo, ocorrem mudanças no papel das mulheres e na condição de exploração, é extremamente válida, a questão é o método com que a constrói.

que os cercamentos expropriaram as terras comunais do campesinato, a caça às bruxas expropriou os corpos das mulheres, os quais foram assim “liberados” de qualquer obstáculo que lhes impedisse de funcionar como máquinas para produzir mão de obra. A ameaça da fogueira ergueu barreiras **mais formidáveis** ao redor dos corpos das mulheres do que aquelas levantadas quando as terras comunais foram cercadas. (FEDERICI, 2017. P. 330)

Federici (2017), apresenta como a discriminação contra as mulheres foi reconstruída para cumprir novas funções sociais de interesse do capitalismo, baseadas nas diferenças sexuais já existentes. A sua pesquisa histórica sobre a situação das mulheres na transição do feudalismo para o capitalismo é enriquecedora.

Portanto, com o capitalismo,

os homens alcançaram grau de liberdade formal, mas as mulheres foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão. (FEDERICI, 2017. P. 17)

Cabe ressaltar que algumas de suas análises também estão presentes em Marx (2017), como ela reconhece, mas a forma de aproximação do objeto se distancia em muito por não conter, em Federici (2017), a apropriação adequada da categoria em questão.

Discorre:

Ao transformar o trabalho em uma mercadoria, o capitalismo faz com que os trabalhadores subordinem sua atividade a uma ordem externa sobre a qual não têm controle e com a qual não podem se identificar. Deste modo, o processo de trabalho se converte em um espaço de estranhamento: o trabalhador “apenas se sente ele mesmo fora do trabalho e, no trabalho, sente-se fora de si. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não o está” (Marx, 1961, p. 72). Por outro lado, no desenvolvimento de uma economia capitalista, o trabalhador se converte (ainda que não seja formalmente) em “livre dono” de “sua” força de trabalho, que (diferente do escravo) pode colocá-la à disposição do comprador por um período limitado de tempo. Isto implica no fato de que “possa dispor livremente de sua força de trabalho” (suas energias, suas faculdades) “como de sua própria mercadoria” (Marx, 1909, T. I. 186)4. Isto também conduz a um sentido de dissociação em relação ao corpo, que vem redefinido e reduzido a um objeto com o qual a pessoa deixa de estar imediatamente identificada. A imagem de um trabalhador que vende livremente seu trabalho, ou que entende seu corpo como um capital que deva ser entregue a quem oferecer o melhor preço, se refere a uma classe trabalhadora já moldada pela disciplina do trabalho capitalista. Contudo, é apenas na segunda metade do século XIX que se pode vislumbrar um trabalhador como este – moderado, prudente, responsável, orgulhoso de possuir um relógio (Thompson, 1964) e que considera as condições impostas pelo modo de produção capitalista como “leis da natureza” (Marx, 1909, T. I, p. 809) –, um tipo que personifica a utopia capitalista e é ponto de referência para Marx. (FEDERICI, 2017, p. 244)

À vista disso, a autora avança em apontar, durante toda a obra, o contexto histórico diversas vezes invisibilizado e elementos de como as mulheres foram subjugadas o para impor um sistema violento e predatório, o que chama de novo sistema patriarcal.

A caça às bruxas vai se apresentar como uma das alavancas violentas da acumulação primitiva. E a acumulação primitiva como uma acumulação de força de trabalho, diante da transformação da reprodução como algo sem valor e sua função para acumulação do capital colocada como invisível.

O sofrimento passado pelas mulheres com a chegada do capitalismo foi exponencial, e a autora faz uma crítica de como esse processo foi colocado em esquecimento.

A caça às bruxas foi, portanto, uma **guerra contra as mulheres**; foi uma tentativa coordenada de degradá-las, demonizá-las e destruir seu poder social. Ao mesmo tempo, foi precisamente nas câmaras de tortura e nas fogueiras, nas quais as bruxas morreram, onde se forjaram os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade. (FEDERICI, 2017. P. 334)

Entende-se que a caça às bruxas foi essencial para a acumulação primitiva, mas não foi o central, já que a modificação estrutural da sociedade e do modo de produção/reprodução da vida tiveram como centralidade a expropriação dos povos de seus meios de subsistência. Ela cita ainda que a acumulação primitiva significou um cercamento de terras, corpos ou relações sociais (FEDERICI, 2017).

Mais adiante em sua argumentação, denuncia como a criação das condições para introjetar o processo de trabalho controlou os comportamentos dos sujeitos, ancorados em argumentos científicos e religiosos para impor o controle social.

que, desde o ponto de vista do processo de abstração pela qual passa o indivíduo na transição ao capitalismo, o desenvolvimento da “máquina humana” foi o principal salto tecnológico, o passo mais importante no desenvolvimento das forças produtivas que teve lugar no período de acumulação primitiva. Podemos observar, em outras palavras, que a primeira máquina desenvolvida pelo capitalismo foi o corpo humano e não a máquina à vapor, nem tampouco o relógio. (FEDERICI, 2017. P. 268)

Nesse sentido é importante destacar, que a ciência teve um ponto crucial nesse processo, foi estabelecido um arcabouço intelectual para justificar atrocidades (FEDERICI, 2017).

Os autores convergem na análise de como o corpo foi transformado em máquina para o trabalho, o que mais uma vez sinaliza a importância da discussão e da centralidade da categoria trabalho, através da crítica da economia política.

Pode-se compreender que em Marx há lacunas da particularidade que sobre o controle dos corpos e da sexualidade das mulheres, assim como em Federici existem lacunas e desvios de categoriais fundamentais e fundantes para a pesquisa e crítica que propõe.

Em sua obra a autora relata fatos essenciais de serem estudados, acerca das mazelas sofridas pelas mulheres da classe trabalhadora, por exemplo como que

o estupro de mulheres pobres tinha o consentimento estatal (FEDERICI, 2017. P. 106). Complementa:

Até mesmo as relações entre os indivíduos e Deus foram privatizadas: nas regiões protestantes, por meio da instituição de uma relação direta entre o indivíduo e a divindade; nas regiões católicas, com a introdução da confissão individual. A própria Igreja, enquanto centro comunitário, deixou de ser a sede de qualquer atividade que não estivesse relacionada com o culto. Como resultado, o cercamento físico operado pela privatização da terra e o cercamento das terras comunais foram ampliados por meio de um processo de cercamento social – a reprodução dos trabalhadores passando de um campo aberto para o lar, da comunidade para a família, do espaço público (a terra comunal, a Igreja) para o privado. (FEDERICI, 2017. P. 163)

Nessa passagem a autora demarca e reconhece o resultado do cercamento para esse processo.

Fica explícito que a construção do estereótipo de bruxa vai sendo consolidada pela Igreja e pelo Estado. Assim “o Estado tornou-se gestor supremo das relações de classe e o supervisor da reprodução da força de trabalho” e para essa mediação gera-se a assistência pública (FEDERICI, 2017).

Aqui, quero apenas ressaltar que, ao negar às mulheres o controle sobre seus corpos, o Estado privou-as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado, além de confinar as mulheres à atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores. Entretanto, forçar as mulheres a procriar contra a sua vontade ou (como dizia uma canção feminista dos anos 1970) forçá-las a “produzir filhas e filhos para o Estado”, é uma definição parcial das funções das mulheres na nova divisão sexual do trabalho. Um aspecto complementar foi a redução das mulheres a não trabalhadoras, um processo, muito estudado pelas historiadoras feministas, que estava praticamente completo até o final do século XVII. (FEDERICI, 2017. P. 182)

Por conseguinte, a perseguição das bruxas foi utilizada como controle social e teve respaldo em campanhas misóginas da Igreja, em que mulheres eram acusadas sem nenhum fundamento cabível.

A incompatibilidade da magia com a disciplina do trabalho capitalista e com a exigência de controle social é uma das razões pelas quais o Estado lançou uma campanha de terror contra a magia. (FEDERICI, 2017. P. 261)

Assim, o papel do Estado e de seus mecanismos de controle, tentavam realizar um controle medieval da natalidade, diante do controle reprodutivo das mulheres com medidas pro-natalistas (FEDERICI, 2017).

Dessa forma, importa refletir a centralidade da família, em como o corpo da mulher é da família e não seu “o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e

resistência” (FEDERICI, 2017). A autora complementa sua argumentação com a discussão e como o corpo para as mulheres significa sua identidade e prisão.

A Igreja tinha o papel de supervisionar os corpos das mulheres e as restringir, e o corpo da mulher virou uma questão de Estado. Assim, quando não seguiam o imposto pela Igreja e Estado as mulheres eram tidas como indisciplinadas ou seres malignos. O controle das mulheres sobre a reprodução significava uma ameaça à estabilidade econômica e social (FEDERICI, 2017).

Pode-se inferir, diante dos dados trazidos pela autora, como o as iniciativas estatais tinham o objetivo de disciplinar a força de trabalho e evitar todo o tipo de revolta. Para tal, leis e ataques contra atividades coletivas e a cultura popular, foram mecanismos utilizados a fim de dessocialização e imposição de uso produtivo do tempo livre, com preocupação da “disciplina social” (FEDERICI, 2017).

Importa ressaltar ainda que a administração da reprodução social pelo Estado foi sendo qualificada, ao pensar na contemporaneidade conseguimos visualizar como o Estado faz o gerenciamento da reprodução da força de trabalho, utilizando-se de mão de obra gratuita das mulheres via política social.

Na Inglaterra, as bruxas eram normalmente mulheres velhas que viviam da assistência pública, ou mulheres que sobreviviam indo de casa em casa mendigando pedaços de comida, um jarro de vinho ou de leite; se estavam casadas, seus maridos eram trabalhadores diaristas, mas, na maioria das vezes, eram viúvas e viviam sozinhas. Sua pobreza se destaca nas confissões. (FEDERICI, 2017. P. 309)

Todos aqueles que não estavam ligados ao trabalho assalariado eram tidos como “vagabundos” e foram promulgadas leis contra a vagabundagem (FEDERICI, 2017. P. 160), uma forma de criminalizar a pobreza, própria do modo de produção que estava sendo consolidado.

Como vimos, as mulheres pobres da Inglaterra, que mendigavam ou roubavam leite ou vinho das casas de seus vizinhos, ou que viviam da assistência pública, tendiam a se tornar suspeitas de praticar artes malignas. (FEDERICI, 2017. P.361)

Podemos inferir, pela própria argumentação da autora, que a caça às bruxas tem um aspecto central de classe, classe essa definida na acumulação primitiva diante da separação entre a força de trabalho e os meios de subsistência.

Vale salientar que trabalhadores defendendo os seus direitos e desempregados foram queimados como hereges, mas a figura do herege foi se tornando cada vez mais de uma mulher, a bruxa tornou-se principal alvo de

perseguição (FEDERICI, 2017), o que deixa claro como o capital visa aniquilar o que/quem coloque em risco sua conservação.

Até para se tornarem nômades era mais complicado para as mulheres diante da exposição à violência masculina, mobilidade reduzida diante da gravidez e cuidado aos filhos. Assim, apresentavam maiores dificuldades para se sustentar, além de ter o seu trabalho desvalorizado (FEDERICI, 2017. p.145).

O colapso do salário foi especialmente desastroso para as mulheres. No século, XIV, as mulheres recebiam metade da remuneração de um homem para realizar a mesma tarefa; mas, em meados do século XVI, estavam recebendo apenas um terço do salário masculino (que já se encontrava reduzido) e não podiam mais se manter com o trabalho assalariado, nem na agricultura, nem no setor manufatureiro, um fato que, sem dúvida, é responsável pela gigantesca expansão da prostituição nesse período. O que se seguiu foi o empobrecimento absoluto da classe trabalhadora, um fenômeno tão difundido e generalizado que, em 1550 e muito tempo depois, os trabalhadores na Europa eram chamados simplesmente de “pobres”. (FEDERICI, 2017. P. 151)

De certo as mulheres foram totalmente afetadas, seu acesso a propriedade e renda diminuíram drasticamente, perderam direito a herdar parte da propriedade do marido e foram excluídas da posse de terras. Assim, a maioria foi para as cidades e vivia em condições de pobreza ou com trabalhos mal pagos (FEDERICI, 2017. P. 63).

Para a autora, a economia feudal não podia mais se reproduzir e nem a sociedade capitalista evoluir dela e assim a classe dominante lançou ofensiva e violência estabelecendo as bases do capitalismo (FEDERICI, 2017).

Assim, as funções das mulheres no âmbito da reprodução da força de trabalho tiveram um impacto particular para a construção da diferença de gênero na transição para o capitalismo.

Assim como ocorreu com a comutação, as mulheres foram as que mais sofreram quando a terra foi perdida e o vilarejo comunitário se desintegrou. Isso se deve, em parte, ao fato de que para elas era muito mais difícil tornarem-se “vagabundas” ou trabalhadoras migrantes, pois uma vida nômade as expunha à violência masculina, especialmente num momento em que a misoginia estava crescendo. As mulheres também tinham mobilidade reduzida, devido à gravidez e ao cuidado dos filhos, um fato ignorado pelos pesquisadores que consideram que a fuga da servidão (por meio da migração e outras formas de nomadismo) seja a forma paradigmática de luta. As mulheres tampouco podiam se tornar soldados pagos, apesar de algumas terem se unido aos exércitos como cozinheiras, lavadeiras, prostitutas e esposas; porém, essa opção também desapareceu no século XVII, à medida que, progressivamente, os exércitos foram sendo regulamentados e as multidões de mulheres que costumavam segui-los foram expulsas dos campos de batalha (Kriedte, 1983, p.55). As mulheres também se viram prejudicadas pelos

cercamentos, porque assim que a terra foi privatizada e as relações monetárias começaram a dominar a vida econômica, elas passaram a encontrar dificuldades maiores do que as dos homens para se sustentar, tendo sido confinadas ao trabalho reprodutivo no exato momento em que este trabalho estava sendo absolutamente desvalorizado. Conforme veremos, esse fenômeno, que acompanhou a mudança de uma economia de subsistência para uma monetária, pode ser atribuído a diferentes fatores em cada fase do desenvolvimento capitalista. Fica claro, todavia, que a mercantilização da vida econômica forneceu as condições materiais para que isso ocorresse. (FEDERICI, 2017. P. 131)

Cabe analisar como a acumulação capitalista sempre esteve ligada necessariamente à feminização da pobreza, ao racismo e ao sexismo, é primordial que essa análise seja realizada de forma conjunta e em totalidade, sem aglutinar processos e dinâmicas diferentes. Deve-se ater para não incorrer em análises que podem incorrer em conclusões que somente certos grupos foram explorados.

Percebe-se que Federici (2017) por não discorrer sobre a categoria exploração, acaba por confundir a opressão e exploração, elementos econômicos e extraeconômicos, além de acumulação primitiva com acumulação capitalista.

A autora relata que almeja observar o desenvolvimento capitalista do ponto de vista dos não assalariados, o que é crucial, mas que não se enquadram somente as mulheres, como visto sobre os “vagabundos”.

Segundo a autora os terrenos clássicos da luta de classes não satisfazem as análises da história das mulheres e do desenvolvimento capitalista, e defende a necessidade de olhar para a transformação das relações de gênero (FEDERICI, 2017). Mas as transformações das relações de gênero, mesmo com suas particularidades, foram marcadas diante da situação de classe e da estrutura construída pelo capital. Uma mulher desempregada ou trabalhadora tinha condições de vida distintas de mulheres burguesas, como ela mesmo reconhece.

Federici (2017) então discute a execução de centenas de milhares de “bruxas” no começo da Era Moderna como o terreno para “preparar para um regime patriarcal mais opressor”. Ainda demarca a contrarrevolução e o avanço na violência contra as mulheres no final do séc. XV e apresenta a caça às bruxas como um “processo político no qual se sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas”.

As raízes da opressão são fundamentais, mas não quando deslocadas das raízes econômicas que perpetuam a opressão. Não existem fragmentações válidas dentro do sistema do racismo, patriarcado e capitalismo, eles operam juntos na sociedade, sobre os sujeitos, sobre o Estado, sobre a produção e reprodução da vida, sobre a formação das políticas sociais.

Importa enfatizar que a análise de Federici (2017) é centrada na Europa medieval e não há como importar análises tão particulares e concretas para a formação social de países dependentes, mesmo que em algumas passagens ela cita a América colonial.

Marx não observou que o desenvolvimento das potências industriais dos trabalhadores se deu à custa do subdesenvolvimento de seus poderes enquanto indivíduos sociais, ainda que reconhecesse que os trabalhadores na sociedade capitalista estão tão alienados de seu trabalho, de suas relações com os outros e dos produtos de seu trabalho como se estivessem dominados por estes, parecendo tratar-se de uma força alheia. (FEDERICI, 2017. P. 33)

Marx em suas formulações possui grande acúmulo teórico acerca da alienação dos trabalhadores, portanto, parece infundada essa acusação.

De forma contraditória, mais adiante em sua argumentação, a autora utiliza da categoria marxiana acumulação primitiva como um conceito útil já que conecta a “reação feudal” com o desenvolvimento do sistema capitalista e identifica condições históricas e lógicas para o desenvolvimento do sistema capitalista (p. 117), o que já coloca em xeque sua argumentação da introdução de que não era útil ou que as categorias marxianas se mostraram inadequadas.

Ainda, a autora argumenta que Marx sugere uma evolução do capitalismo do mundo feudal e critica o uso de “parteira” por parte do autor explicando que assim estaria colocando um véu de bondade e progresso sobre o processo de acumulação.

A autora necessita construir sua argumentação com as bases econômicas do desenvolvimento do capital, por exemplo diante da discussão do trabalho de mulheres e crianças, da expropriação da terra e do sentido do salário, dos meios de subsistência quando desempregados e a relação com a política de assistência social. Todas essas discussões são um emaranhado que faz parte das engrenagens do capital de ordem econômica e produtiva, mas que tange e necessita dos elementos extraeconômicos.

Assim, concorda-se com a autora que as mulheres sofreram um processo de degradação social que foi fundamental para a acumulação de capital, mas não foi o único ou que gerou a acumulação primitiva.

O que é mais importante, a separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam despossuídas como os homens, mas, diferentemente de seus análogos masculinos, quase não tinham acesso aos salários, numa sociedade que estava cada vez mais monetizada, sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras. Como veremos, a desvalorização e feminização do trabalho reprodutivo foi um desastre também para os homens trabalhadores, pois a desvalorização do trabalho reprodutivo inevitavelmente desvalorizou o seu produto, a força de trabalho. **Entretanto, não há dúvida de que, na “transição do feudalismo para o capitalismo”, as mulheres sofreram um processo excepcional de degradação social que foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então. (FEDERICI, 2017. P. 145)**

Podemos tentar compreender **como o acesso aos salários dava aos homens vantagens e o não acesso das mulheres dava a essas desvantagens**, mas logo esta reconhece que esse processo recai em toda a classe trabalhadora apesar de sua “excepcional degradação social”

Processo esse em que as mulheres foram as mais atingidas pelos altos preços e terem menos acesso a dinheiro e emprego, tiveram papel central na luta por comida, diante da função de cuidadoras da família e da responsabilidade com a proteção de seus filhos (FEDERICI, 2017).

Todos esses fatores tiveram impactos na organização do trabalho, na criminalização e controle das mulheres, sobretudo sobre seus corpos e procriação. Houve um aumento da prostituição e o estupro de prostitutas deixou de ser crime. Homens podiam definir as mulheres como prostitutas, destruindo-as (FEDERICI, 2017).

Portanto, as mulheres foram privatizadas, viraram bens comuns, bens da reprodução, “da cesta básica do trabalhador”.

Tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a parecer um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos. (FEDERICI, 2017. P. 191)

Reitera-se que até a vida sexual das mulheres era controlada e “a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista” (FEDERICI, 2017. p. 178).

Esta foi uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada e, para colocar em prática a “apropriação primitiva” dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo-se as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens. O fato de que as relações de poder desiguais entre mulheres e homens existiam mesmo antes do advento do capitalismo, assim como uma divisão sexual do trabalho discriminatória, não foge a esta avaliação. Isso porque, na Europa pré-capitalista, a subordinação das mulheres aos homens esteve atenuada pelo fato de que elas tinham acesso às terras e a outros bens comuns, enquanto, no novo regime capitalista, as próprias mulheres se tornaram bens comuns, dado que seu trabalho foi definido como um recurso natural, que estava fora da esfera das relações de mercado. (FEDERICI, 2017. P. 192)

Estrategicamente, ao colocar as mulheres responsáveis pela reprodução da força de trabalho, o capital poderia empregá-las a preços menores. Mas todos esses fatos apresentados acima não são os centrais e mais determinantes para a acumulação primitiva, como se fosse necessário refazer a categoria marxiana.

Esse aspecto da acumulação primitiva está ausente na análise de Marx. Com exceção de seus comentários no Manifesto Comunista acerca do uso das mulheres na família burguesa – como produtoras de herdeiros que garantiam a transmissão da propriedade familiar – Marx nunca reconheceu que a procriação poderia se tornar um terreno de exploração e, pela mesma razão, um terreno de resistência. (FEDERICI, 2017. P. 179)

Ainda, sobre a lacuna dessa particularidade em Marx.

Tampouco imaginou que os homens e as mulheres poderiam ter interesses distintos no que diz respeito a fazer filhos, uma atividade que ele tratou como um processo indiferenciado, neutro do ponto de vista de gênero. (FEDERICI, 2017. P. 180)

Cabe refutar que Marx não baseou sua obra em interesses de particularidades, imaginação neutralidade ou indiferença, na realidade o fez de forma abstrata e dialética.

Ainda, a família foi utilizada como:

Complemento do mercado, instrumento para a privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, a família surgiu no período de acumulação primitiva também como a instituição mais importante para a apropriação e ocultamento do trabalho das mulheres. (FEDERICI, 2017. P. 193)

E em contraponto houve uma exclusão das mulheres dos negócios familiares sendo confinadas a supervisionar os cuidados domésticos.

Tal política, que impossibilitava que as mulheres tivessem seu próprio dinheiro, criou as condições materiais para sua sujeição aos homens e para a apropriação de seu trabalho por parte dos trabalhadores homens. É nesse sentido que eu falo do patriarcado do salário. Também devemos repensar o conceito de “escravidão do salário”. Se é certo que os trabalhadores homens, sob o novo regime de trabalho assalariado, passaram a ser livres apenas num sentido formal, o grupo de trabalhadores que, na transição para o capitalismo, mais se aproximaram da condição de escravos foram as mulheres trabalhadoras. (FEDERICI, 2017.P.195)

A apropriação do trabalho das mulheres não se dá diretamente pelos trabalhadores homens, como será analisado no tópico a seguir. Ainda, compara as mulheres trabalhadoras a escravos, relações que são de ordem totalmente divergentes.

Os processos e degradação social das mulheres e perda de direitos vieram aliados ao ideário dessas como vilãs, megeras e bruxas, explicitando como o capital precisa estabelecer um aparato ideológico para se desenvolver economicamente, até mesmo as viúvas deveriam ser controladas. Esse processo expropria as mulheres ao controle da sua vida, mas não é o processo que culmina na acumulação primitiva.

Seu desenvolvimento (após a aprovação das Leis Fabris, que limitavam o emprego de mulheres e crianças nas fábricas) refletiu o primeiro investimento de longo prazo da classe capitalista sobre a reprodução da força de trabalho, para além de sua expansão numérica. Foi resultado de uma permuta, forjada sob a ameaça de insurreição, entre a garantia de maiores salários, capazes de sustentar uma esposa “não trabalhadora” e uma taxa mais intensiva de exploração. Marx tratou disso como uma mudança da “mais valia absoluta” para a “relativa”, isto é, uma mudança de um tipo de exploração baseado na máxima extensão da jornada de trabalho e na redução do salário a um mínimo para um regime em que é possível compensar os salários mais altos e as horas de trabalho mais curtas por meio de um aumento da produtividade do trabalho e do ritmo da produção. Da perspectiva capitalista, foi uma revolução social, que passou por cima do antigo comprometimento com baixos salários. Foi resultado de um novo acordo entre os trabalhadores e os empregadores, novamente baseado na exclusão das mulheres do recebimento de salários – colocando um fim em seu recrutamento das primeiras fases da Revolução Industrial. Também foi o marco de um novo período de afluência capitalista, produto de dois séculos de exploração do trabalho escravo, que logo seria potencializado por uma nova fase de expansão colonial. (FEDERICI, 2017. P. 196)

Foi criada uma campanha de terror, extermínio e demonização à figura das mulheres. De acordo com Federici (2017), o terrorismo domesticou as mulheres.

em uma derrota histórica conseguiram moldar as mulheres para serem retratadas como seres passivos, assexuados, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles. (FEDERICI, 2017. P. 205)

Foi a partir de meios brutais, que mercantilistas aplicaram para forçar pessoas a trabalhar, “encontramos na teoria e na prática mercantilistas a expressão mais direta dos requisitos da acumulação primitiva e da primeira política capitalista que trata explicitamente do problema da reprodução da força de trabalho” (FEDERICI, 2017. p 173).

Fica explícito que os aspectos econômicos de classe são anteriores à perseguição das mulheres e não foram todas as mulheres perseguidas da mesma forma. A umas perderam o direito de herdar, outras perderam suas vidas, foram perseguidas, estupradas, diante das relações de classe e das questões já expostas acima.

Contudo, Marx analisou a acumulação primitiva quase exclusivamente partindo do ponto de vista do proletariado industrial assalariado: o protagonista, sob sua perspectiva, do processo revolucionário do seu tempo e a base para uma sociedade comunista futura. Deste modo, em sua explicação, a acumulação primitiva consiste essencialmente na expropriação da terra do campesinato europeu e a formação do trabalhador independente “livre”. Entretanto, Marx também reconheceu que: A descoberta de ouro e prata na América, o extermínio, a escravização e o sepultamento da população nativa nas minas, a conquista e a pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em uma reserva para a caça comercial de peles negras [...] são momentos fundamentais da acumulação primitiva. Marx também reconheceu que “muito capital que aparece hoje nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, é sangue infantil ainda ontem capitalizado na Inglaterra” (ibidem, p. 945). Por outro lado, não encontramos em seu trabalho nenhuma menção às profundas transformações que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres. Na análise de Marx sobre a acumulação primitiva tampouco aparece alguma referência à “grande caça às bruxas” dos séculos XVI e XVII, ainda que essa campanha terrorista patrocinada pelo Estado tenha sido fundamental para a derrota do campesinato europeu, facilitando sua expulsão das terras anteriormente comunais. Neste capítulo e nos que seguem discuto esses eventos, especialmente com relação à Europa, defendendo que 1. A expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização dos povos originários da América e África nas minas e plantações do “Novo Mundo” não foram os únicos meios pelos quais um proletariado mundial foi formado e “acumulado”. 2. Este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres que, tanto na Europa como na América, foi alcançada por meio do extermínio das “bruxas”. 3. A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, na qual as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação

do proletariado moderno. 4. Não podemos, portanto, identificar acumulação capitalista com liberação do trabalhador, mulher ou homem, como muitos marxistas (entre outros) têm feito, ou ver a chegada do capitalismo como um momento de progresso histórico. Pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas divisões impostas – especialmente a divisão entre homens e mulheres – que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta. (FEDERICI, 2017)

A divisão sexual do trabalho teve estreita relação com a caça às bruxas, mas não é o que a gera.

As bruxas eram um desafio a estrutura de poder (FEDERICI, 2017). E o capitalismo vai se utilizando de mecanismos de opressão para intensificar exploração, justificar a colonização e a produção de estigmas.

A execução era um importante evento público que todos os membros da comunidade deviam presenciar, inclusive os filhos das bruxas, e especialmente suas filhas que, em alguns casos, eram açoitadas em frente à fogueira na qual podiam ver sua mãe ardendo viva. A caça às bruxas foi, portanto, uma guerra contra as mulheres; foi uma tentativa coordenada de degradá-las, demonizá-las e destruir seu poder social. Ao mesmo tempo, foi precisamente nas câmaras de tortura e nas fogueiras, nas quais as bruxas morreram, onde se forjaram os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade. (FEDERICI, 2017. P. 334)

Acerca da colonização era necessário extinguir tradições e valores dos povos originários para se impor. As mulheres nas colônias eram as principais inimigas do domínio colonial por sua resistência (FEDERICI, 2017).

as idosas de uma aldeia senegalesa a um antropólogo norte americano, expressando seus temores em relação ao futuro – “nossas crianças se comerão umas às outras”. E, com efeito, isto é o que se consegue por meio da caça às bruxas, seja orquestrada de cima para baixo, como uma forma de criminalização da resistência à expropriação, ou de baixo para cima, como um meio para se apropriar dos recursos cada vez mais escassos, como parece ser o caso de alguns lugares na África atualmente. Em alguns países, este processo requer ainda uma mobilização de bruxas, espíritos e diabos. Mas não deveríamos nos enganar pensando que isso não nos concerne. Como Arthur Miller observara em sua interpretação dos julgamentos de Salem, assim que tiramos a parafernália metafísica da perseguição às bruxas, começamos a reconhecer nela fenômenos que estão muito próximos de nós. (FEDERICI, 2017. P. 417)

A autora aponta que a verdadeira riqueza que encontraram nas colônias foi trabalho acumulado por meio do tráfico de escravos (FEDERICI, 2017).

Entende-se que a preocupação de Federici em dar centralidade ao extermínio de milhares de mulheres, que estabeleceu junto do modo de

produção capitalista um novo modelo patriarcal, o que não consta em sua obra, apesar das críticas à Marx, é o reconhecimento de categorias importantes da economia política e dessas fundamentalmente as determinações para as mulheres.

Federici (2017), questiona como se as mulheres estivessem fora desses processos trazidos por Marx inclusive da produção, e na realidade dentro dessa totalidade, elas passam por aspectos absurdamente violentos que são particulares. Aponta um caminho de subversão de categorias que tem posições distintas de hierarquia, na análise via método histórico-dialético.

Nesse capítulo foi trabalhada a categoria marxiana acumulação primitiva e foi colocado em análise como a autora em questão articulou a categoria para tecer suas críticas. Dessa forma, interessa-nos passar às demais categorias selecionadas para compreender a apropriação por parte da autora e como capta o movimento das categorias.

CAPÍTULO 2 – VALOR DA FORÇA DE TRABALHO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA TRADIÇÃO MARXISTA E NA OBRA DE FEDERICI

Em diversas passagens de sua obra Federici (2017) atravessa a categoria do valor da força de trabalho e as possibilidades de sua violação, assim. nesse capítulo. importa estabelecer interpelação crítica diante do acúmulo obtido às categorias citadas na tradição marxista e o que a autora argumenta.

2.1. VALOR DA FORÇA DE TRABALHO EM MARX E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM MARINI

2.1.1 Valor da força de trabalho

O trabalho, em seu sentido ontológico, potencializa os sujeitos e as suas capacidades humano genéricas, mas foi capturado e apropriado pelo capital para a acumulação de riquezas. Com a acumulação primitiva, discutida anteriormente, ocorre a separação entre trabalhador e os meios de produção, assim, para sua subsistência, os trabalhadores são condicionados a vender sua força de trabalho (MARX, 2017).

(...) a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural [*naturgeschichtliches*], tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social. (MARX, 2017. P. 242)

Marx (2017), traz, a partir de uma abstração universal, a forma que o capital se utiliza da captação das forças vitais da classe que necessita vender seu trabalho e como impacta em outras relações desse sistema.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo. (MARX, 2017. P. 242)

O valor da força de trabalho possui uma dinâmica estrutural no modo de produção capitalista e impacta diretamente na produção e reprodução da classe trabalhadora. A produção de capital depende da dinâmica imposta à força de trabalho.

Assim, o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção e conseqüente reprodução – manutenção da força

de trabalho, que necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Portanto, o valor da força de trabalho envolve várias determinações que incluem a totalidade de sua vida e também de sua família, e incorpora o tempo de vida do trabalhador, sua “vida útil”.

A manutenção a que se refere pressupõe reposição dessa força de trabalho e condições normais de vida, que podem ser diferentes a depender das necessidades imediatas de cada formação social. Além disso, Marx (2017) chama atenção para o elemento histórico e moral presente na manutenção da vida, que seria algo dado e que faz com que o valor da força de trabalho tenha um componente subjetivo relacionado à luta de classes, o que pode ampliar ou reduzir a cesta-básica dos trabalhadores (MARX, 2017).

O valor da força de trabalho se reduz ao valor de uma quantidade determinada de meios de subsistência e varia, portanto, com o valor desses meios de subsistência, isto é, de acordo com a magnitude do tempo de trabalho requerido para a sua produção. (MARX, 2017. P. 247)

Ainda demarca que o desgaste total da força de trabalho pressupõe sua reposição, que seria a produção de filhos para o capital.

Uma parte dos meios de subsistência da classe trabalhadora devem ser repostos de imediato como a alimentação, outros a médio e longo prazo, dessa forma, Marx (2017) diz que existe uma receita média dessas necessidades. Esse processo não é algo natural e influencia nas condições de vida dos trabalhadores de forma brutal.

Cabe ressaltar que a capacidade de trabalho e o trabalho na teoria social marxianas são categorias distintas.

Na expressão “valor do trabalho”, o conceito de valor não só se apagou por completo, mas converteu-se em seu contrário. É uma expressão imaginária, como valor da terra. Essas expressões imaginárias surgem, no entanto, das próprias relações de produção. São categorias para as formas em que se manifestam relações essenciais. Que em sua manifestação as coisas frequentemente se apresentem invertidas é algo conhecido em quase todas as ciências, menos na economia política. (MARX, 2017. P. 607)

Aqui o autor reforça que a economia política clássica, cai em confusões e contradições insolúveis e oferece à economia vulgar uma base segura de operações para sua superficialidade, fundada no princípio do culto das aparências (MARX, 2017. P. 609). Além disso é incisivo que a economia política não poderá desvelar os elementos essenciais e estruturais “enquanto estiver coberta com sua pele burguesa” (MARX, 2017. P.612)

A força de trabalho tem um valor fixado antes de entrar em circulação. O dinheiro então aparece como meio de pagamento, que é pago depois da capacidade de trabalho já ter sido consumida. Ou seja, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho antes de receber (MARX, 2017).

O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção da mercadoria e do mais-valor. O consumo da força de trabalho, assim como o consumo de qualquer outra mercadoria, tem lugar fora do mercado ou da esfera da circulação. (MARX, 2017. P. 250)

Assim, a compra e venda de força de trabalho é mediada pelo dinheiro que vai se transformar em capital, através de seu valor de uso - a partir de seu consumo com a objetivação do trabalho e consequente criação de valor. A relação entre o possuidor de força de trabalho e o possuidor de dinheiro tem sua continuidade quando se confrontam na esfera da circulação em um período determinado (MARX, 2017).

O tempo necessário para sua venda é adicionado ao tempo necessário para a sua produção (MARX, 2017).

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho. (MARX, 2017. P. 244)

Pelo exposto, o dinheiro assume função e estágios distintos no processo social de produção. E ainda, a forma-salário não considera trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago (MARX, 2017. P. 610)

Além disso, o movimento efetivo do salário apresenta fenômenos que parecem demonstrar que o que é pago não é a força de trabalho, mas o valor de sua função, do próprio trabalho. Podemos reduzir esses fenômenos a duas grandes classes. Primeira: variação do salário quando varia a duração da jornada de trabalho. Poder-se-ia concluir, do mesmo modo, que o que é pago não é o valor da máquina, mas o de sua operação, pois custa mais alugar uma máquina por uma semana do que por um dia. Segunda: a diferença individual entre os salários de diversos trabalhadores que executam a mesma função. (MARX, 2017. P. 612)

De certo, parte-se do pressuposto que os capitalistas necessitam da força de trabalho para garantir a acumulação de riqueza e expandir seus lucros, o que só é possível através do mais-valor gerado pela força de trabalho. Para Marx

(2017. P. 294): —a taxa de mais-valor é, assim, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista.

Destaca-se que a criação de valor na esfera produtiva é proveniente do capital variável (a força de trabalho) e não do capital constante (meios de produção) – o último somente transfere seu valor para os produtos (MARX, 2017.p .460).

O capital variável cria o mais-valor, um tempo excedente na jornada de trabalho, que não é considerado trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho, ou seja, que é apropriado pelo capitalista.

De acordo com Marx (2017), no processo de formação do mais valor tem-se os meios pelos quais o capitalista consegue explorar a classe operária. Ao adotar o mais-valor relativo o capital modifica a combinação do tempo de trabalho necessário e excedente. Esse mais-valor é proveniente do trabalho não pago. A ampliação do mais-valor, na dinâmica relativa, implica desenvolvimento das forças produtivas.

A jornada de trabalho pode ser reduzida ou prolongada. Um exemplo é quando se mantém a intensidade e o tempo de trabalho necessário, e se reduz a jornada de trabalho a consequência é a redução do mais trabalho e com isso o mais valor, nesse caso somente reduzindo o valor da força de trabalho que o capitalista não teria prejuízos (MARX, 2017).

Até certo ponto, o desgaste maior da força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada de trabalho, pode ser compensado com uma remuneração maior. Além desse ponto, porém, o desgaste aumenta em progressão geométrica, ao mesmo tempo que se destroem todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho. O preço da força de trabalho e o grau de sua exploração deixam de ser grandezas reciprocamente comensuráveis. (MARX, 2017. P. 594)

Aqui o autor indica a possibilidade de existir a violação do valor da força de trabalho, a superexploração da força de trabalho, que será discutida abaixo.

Nessa dinâmica o salário aparece como preço do trabalho - quantidade do dinheiro para quantidade do trabalho (MARX, 2017). O valor de uma mercadoria é a forma de trabalho social gasta em sua produção, a grandeza de seu valor, é a grandeza do trabalho nela contido, assim, a quantidade de trabalho requerido para sua produção e não sua forma objetivada, como Marx (2017) aponta.

O valor da força de trabalho determina, assim, o valor do trabalho, ou, expresso em dinheiro, o preço necessário do trabalho. Se, ao contrário, o preço da força de trabalho diferir de seu valor, o mesmo ocorrerá com o preço do trabalho em relação ao seu assim chamado valor. Dado que o valor do trabalho é apenas uma expressão irracional para o valor da força de trabalho, conclui-se, evidentemente, que o valor do trabalho tem de ser sempre menor que seu produto de valor, pois o capitalista sempre faz a força de trabalho funcionar por mais tempo do que o necessário para a reprodução do valor desta última. (MARX, 2017. P. 609)

2.1.2 Superexploração da força de trabalho

O processo apontado acima é a forma de exploração do modo de produção capitalista e Marx já apresentava possibilidades de ocorrer a violação da força de trabalho, mas não se dedicou a essa questão. O autor demarca, em “O Capital”, livro I, a possibilidade da violação da força de trabalho e o pagamento abaixo de seu valor.

Para início da discussão é importante reforçar que:

A jornada de trabalho não é, portanto, uma grandeza constante, mas variável. Uma de suas partes é, de fato, determinada pelo tempo de trabalho requerido para a reprodução contínua do próprio trabalhador, mas sua grandeza total varia com a extensão ou duração do mais-trabalho. A jornada de trabalho é, pois, determinável, mas é, em verdade, indeterminada. (MARX, 2017. P. 306)

Assim, a jornada de trabalho varia dentro de limites. Mas no modo de produção capitalista o trabalho necessário sempre vai constituir apenas uma parte da jornada de trabalho, não podendo ser reduzida a menos que isso (MARX, 2017).

Para Marx (2017), o limite máximo que o capital pode extrair de mais-valor, se move na jornada de trabalho em limites físicos e sociais, tendo o capital sempre mais impulso de autovalorizar e absorver quanto mais valor conseguir.

O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista. (MARX, 2017. P. 307)

A regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, em uma luta para sua ampliação ou redução com os interesses dos capitalista x dos trabalhadores. O capital, usurpa o tempo para o desenvolvimento humano saudável. O

trabalhador é a força de trabalho e é pertencente à autovalorização do capital (MARX 2017).

Não é a manutenção normal da força de trabalho que determina os limites da jornada de trabalho, mas, ao contrário, o maior dispêndio diário possível de força de trabalho, não importando quão insalubre, compulsório e doloroso ele possa ser, é que determina os limites do período de repouso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho. (MARX, 2017. P. 427)

No limite, a dinâmica capitalista produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho, encurta o tempo de vida da massa dos trabalhadores.

Assim, se o prolongamento antinatural [naturwidrige] da força de trabalho, que o capital tem necessariamente por objetivo em seu impulso desmedido de autovalorização, encurta o tempo de vida do trabalhador singular e, com isso, a duração de sua força de trabalho, torna-se necessária uma substituição mais rápida dos trabalhadores que foram desgastados e, portanto, a inclusão de custos de depreciação maiores na reprodução da força de trabalho, do mesmo modo como a parte do valor a ser diariamente reproduzida de uma máquina é tanto maior quanto mais rapidamente ela se desgaste. Uma jornada de trabalho normal parece, assim, ser do próprio interesse do capital. (MARX, 2017. P. 428)

Na obtenção de mais-valor o tempo de trabalho necessário pode permanecer constante e a jornada de trabalho variável, o que incorre no prolongamento do mais trabalho e encurtamento do tempo necessário. Com o valor de seus meios de subsistência está dado o valor de sua força de trabalho e com o valor da força de trabalho o tempo necessário (MARX, 2017).

Desse modo, o trabalho adicional, produzido por uma maior distensão da força de trabalho, pode aumentar o mais-produto e o mais-valor, a substância da acumulação, sem um aumento proporcional da parte constante do capital (MARX, 2017).

Portanto, como Marx (2017) indicou, uma compressão do salário abaixo do valor da sua força de trabalho, significa uma invasão usurpatória do domínio do tempo de trabalho necessário.

Para aumentar a produtividade do trabalho, reduzir o valor da força de trabalho por meio da elevação da força produtiva do trabalho e, assim, encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução desse valor, ele tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, revolucionar o próprio modo de produção. O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da

jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo. (MARX, 2017. P. 484)

A intensificação do trabalho pressupõe um desenvolvimento acelerado da maquinaria que faça movimentar mais força de trabalho, uma quantidade maior de trabalho a partir de uma tensão maior e mais densa/condensada mesmo em uma jornada de trabalho mais curta.

Em geral, o método de produção do mais-valor relativo consiste em fazer com que o trabalhador, por meio do aumento da força produtiva do trabalho, seja capaz de produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. O mesmo tempo de trabalho agrega ao produto total o mesmo valor de antes, embora esse valor de troca inalterado se incorpore agora em mais valores de uso, provocando, assim, uma queda no valor da mercadoria individual. (MARX, 2017. P. 482)

Nesse sentido o fundo necessário de consumo do trabalhador vai se transformando em um fundo de acumulação do capital. A consequência desse processo é que os trabalhadores ficam dependentes da ação do Estado e de ações de caridade para sua subsistência, Marx (2017) demarca como um roubo direto perpetrado contra o fundo de consumo necessário do trabalhador.

Se, por outro lado, consideramos o capitalista, vemos que ele quer obter o máximo possível de trabalho pela menor quantidade possível de dinheiro. Mas ele procura comprar todas as mercadorias o mais barato possível, acreditando encontrar a razão de seu lucro no simples logro, no ato de comprar abaixo do valor e vender acima dele. Daí que ele não compreenda que, se existisse realmente algo como o valor do trabalho, e se ele pagasse realmente esse valor, não existiria nenhum capital e seu dinheiro não se transformaria em capital. (MARX, 2017. P. 611)

Marini em seu livro “Dialética da Dependência”, traz uma elaboração didática dos pontos cruciais de explicação acerca da Teoria Marxista da Dependência, que explicita a violação da força de trabalho.

A história do modo de produção capitalista é a história de que é necessário que existam formações sociais exploradas para que outras se desenvolvam, que exista pobreza para que a riqueza seja possuída por poucos, que exista racismo e machismo para que mulheres negras sejam duramente exploradas enquanto outros gozam de uma vida com luxos.

(...) é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe

necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 1990, p. 141)

Essa é a realidade da economia latino-americana, uma particularidade baseada na dependência. Como Marini (1973) demarca há um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas nos países da América Latina em que essas formações não podem se desenvolver como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas.

Assim, Marini (1973) dedicou-se a compreender a forma particular do capitalismo dependente latino-americano e suas tendências. Aponta, tendo como base de análise o método marxista, que o elemento simples, torna mais compreensível sua forma mais complexa que integra e subordina esse elemento.

Por outro lado, essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam; é por isso que a análise tem de ponderá-las, sem que isso implique em nenhum caso, romper com a linha do raciocínio marxista, enxertando-lhe corpos que lhe são estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ela. O rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação para o processo de investigação que dali se derive já não tem nada relacionado com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo. (MARINI, 1973, P. 133)

As formações sociais dependentes aparecem na divisão internacional do trabalho como economias exportadoras e subordinadas. A consequência da dependência é mais dependência (MARINI, 1973).

É importante salientar que a situação colonial e situação de dependência são distintas, mesmo que haja um aspecto de continuidade entre elas. O papel da América Latina na formação da economia capitalista mundial representa um aumento de mais valia relativa nos países industriais, todo esse processo se apresenta de forma contraditória (MARINI, 1973).

Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. (MARINI, 1973. P. 138)

Na dinâmica da troca de valor entre os países centrais e dependentes há a perda de mais-valia pelos países periféricos e, nesse sentido, as formações dependentes, de modo a compensar o mais valor perdido no plano da produção

interna, aumentam a mais-valia à custa de uma maior exploração do trabalhador, violando o valor de sua força de trabalho, sem incremento nas forças produtivas.

Para concretizar seu argumento, Marini (1973), retrata como a América Latina representa a oferta mundial de alimentos e há uma desvalorização da força de trabalho na troca desigual, diante do caráter exportador de bens primários desses países.

Ainda, demarca como a mais-valia e produtividade não são sinônimos sendo que a elevação da produtividade não modifica o grau de exploração do trabalho e não incide na taxa de mais-valor ao menos que implique em uma elevação da exploração do trabalhador (MARINI, 2017).

Isso se deve ao fato de que a determinação da taxa de mais-valia não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a seu salário). Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário pode modificar a taxa de mais-valia. Para isso, a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salário. A mais-valia relativa está ligada indissoluvelmente, portanto, à desvalorização dos bens-salário, para o que contribui, em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho. (MARINI, 1973. P. 139-140)

O autor chama a atenção para o que relata ser uma deterioração dos termos de troca e que reflete de fato a depreciação dos bens primários e força uma produção em maior escala. Há uma transferência dupla de valor dos países dependentes para os centrais. (MARINI, 1973)

O desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas simultaneamente, cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-la. (MARINI, 1973. P. 144)

De acordo com Marini (1990), a compensação da perda de mais-valia no plano da produção interna se dá através da superexploração da força de trabalho, dessa forma a economia capitalista dependente se estrutura através da violação do valor da força de trabalho. A superexploração da força de trabalho é, então, um mecanismo de compensação.

Marini (1990) aponta três mecanismos utilizados para superexplorar a força de trabalho: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de

trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

(..) importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. (MARINI, 1990, p. 150)

Para Osório (2009), em consonância com Marini, há três mecanismos de superexploração - compra da força de trabalho por um salário inferior a seu valor, prolongação anormal da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho - e esta representa expressamente uma violação do valor da força de trabalho, sendo assim explícita: —la superexplotación, en tanto violación del valor de la fuerza del trabajo, no implica simplemente más explotación.

Un salario insuficiente o un proceso de trabajo con sobredesgaste (sea por la prolongación de la jornada laboral, sea por la intensificación del trabajo) acortarían el tiempo de vida útil y de vida total del obrero. De esta manera el capitalista se estaría apropiando hoy de años futuros de trabajo y de vida de dicho trabajador. (OSORIO, 2009, p. 110)

A superexploração aguça os métodos de extração do trabalho excedente, para compensar a perda de mais-valia no plano da produção interna, mas não significa um incremento da capacidade produtiva. Há um uso extensivo e intensivo da força de trabalho. Essa compressão salarial só pode se dar com o aparato do Estado (MARINI, 1973).

É importante destacar que os países dependentes não podem criar autonomia através da industrialização, como confiam algumas correntes teóricas, uma vez apresentado o movimento do capital mundializado que precisa da troca desfavorável de valor e da consequente superexploração da força de trabalho para se manter.

As implicações da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor são extremas para a condição de vida da classe trabalhadora nesses países e apresenta particularidades para a força de trabalho feminina.

O consumo individual dos trabalhadores é diretamente afetado, o capital acentua suas contradições até o limite nesses países. Para a teoria marxista da dependência o avanço de uma nação implica no retrocesso de outra. (MARINI, 1973)

Ademais, Marini (1973) afirma que a América Latina é um centro produtor de capital e que estabelece seu próprio modo de circulação do capital e nesse sentido, há uma separação da produção e circulação.

O autor avança na sua argumentação a sobre a tentativa de industrialização e da substituição de importações, com a absorção de tecnologia estrangeira, que na realidade almejou criar mercados para a indústria pesada dos países centrais (MARINI, 1973).

Assim, Marini (1973) expõe que a industrialização latino-americana não cria sua própria demanda, mas nasce para atender uma demanda preexistente em função de exigências do mercado procedentes dos países avançados.

Há uma dialética do desenvolvimento capitalista e uma hierarquização da economia capitalista mundial, e essas economias são incapazes de superar os fatores desarticuladores que as afligem (MARINI, 1973).

A cargo de complementação a reprodução da classe trabalhadora fica comprometida nesses países, e se reconhecemos que as funções reprodutivas são em suma efetuadas por mulheres esse fator intensifica sobre suas situações de subsistência e sobrecarga. Infere-se que essas formações sociais acabam por não possuir recursos para investir em política sociais, estão extremamente endividados com a dívida pública e presos nos ditames dos órgãos internacionais.

2.2. INTERLOCUÇÃO CRÍTICA DO VALOR DA FORÇA DE TRABALHO E DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM FEDERICI

Em *Calibã e a Bruxa*, Federici (2017) discute de forma central a acumulação primitiva, mas para tal também debate sobre trabalho, valor da força de trabalho e do papel das mulheres no âmbito da reprodução da classe trabalhadora. E para esse trabalho assume-se que ao falar de trabalho das mulheres, a superexploração é elemento imprescindível.

As atividades domésticas fazem parte da reprodução da classe trabalhadora, sendo colocadas como uma função social das mulheres, diante do papel imposto e construído do que é tarefa feminina pelo patriarcado. Assim, com o advento do capitalismo:

Rapidamente, todo o trabalho feminino, quando realizado em casa, seria definido como “tarefa doméstica”, e até mesmo quando feito fora de casa era pago a um valor menor do que o trabalho masculino – nunca o suficiente para que as mulheres pudessem sobreviver dele. O

casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher e a incapacidade das mulheres de se manterem sozinhas era algo dado como tão certo que, quando uma mulher solteira tentava se assentar em um vilarejo, ela era expulsa, mesmo se ganhasse um salário. (FEDERICI, 2017. P. 184)

Há um campo aberto de discussão do que é chamado de trabalho reprodutivo, trabalho do cuidado, trabalho doméstico ou trabalho não remunerado, que não cabe ser discutido nessa pesquisa.

Mas importa demarcar que a função social das mulheres está aliada a atividades reprodutivas e devemos nos ater ao que chamamos de trabalho enquanto categoria marxiana para aproximação desse objeto.

Notoriamente as mulheres são maioria em profissões em que o trabalho remunerado está ligado ao cuidado e que desempenha, no modo de produção capitalista, as funções necessárias para a reprodução da classe trabalhadora.

Importa ressaltar que cada um dos tipos de funções que sobrecarregam as mulheres, hoje muitas vezes discutidos e inseridos em debates de forma rasa, seja no cuidado em geral, no trabalho doméstico remunerado ou não remunerado, possuem particularidades e dinâmicas, que necessitam ser analisadas de formas diferentes, mesmo sendo funções essencialmente ligadas à reprodução da classe trabalhadora e que advém da mesma estrutura.

Fato é que todos os trabalhos realizados pelas mulheres são invisibilizados, sejam os descritos acima de esfera reprodutiva ou produtiva, um exemplo, são os trabalhos desempenhados por mulheres nas áreas de exatas, ciência e tecnologia.

Federici (2017) não explicita o que chama de trabalho ou até mesmo o valor da força de trabalho, enquanto categorias, apesar de centrar suas discussões na crítica de como o trabalho das mulheres é visto pela sociedade desde a gênese do capital.

Tem-se acordo com a autora em sua colocação de que o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista (FEDERICI, 2017), a questão é a forma como realiza sua análise para construir sua argumentação.

De certo as funções que as mulheres exercem para se manter, manter sua família, sua casa e com isso, suportar a reprodução da força de trabalho é

crucial para a conservação do capital, que encontrou nas mulheres um recurso natural e inesgotável³.

Mas a autora constrói uma argumentação baseada em que a não remuneração e a natureza improdutiva do trabalho doméstico seriam a causa da subordinação das mulheres aos homens, assim como o salário confere poder aos homens nessa sociedade.

Conforme defendi, a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiu ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. Em muitos casos, serviram também para desviar o antagonismo de classe para um antagonismo entre homens e mulheres. Dessa forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdade, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos. (FEDERICI, 2017. P. 232)

Acerca disso, gera-nos a seguinte inquietação: caso todas as funções designadas às mulheres fossem remuneradas, ainda assim estariam sobrecarregadas, devemos mudar a concepção do fazer dessas atividades, somente remunerá-las não resolve a questão, e tal compreensão atravessa a categoria valor da força de trabalho marxiana.

Tal problemática nos faz refletir sobre o papel do Estado e a reprodução da classe trabalhadora, inclusive como utiliza as mulheres para tal, e ainda, como nos países de capitalismo dependente a classe trabalhadora cada vez mais tem dificuldades em se reproduzir/sobreviver.

Mas a diferença salarial é resultado e não origem. A autora defende um conceito que não aprofunda nesse livro que seria o “patriarcado do salário”, que discute em um outro livro.

É inquestionável que as mulheres historicamente não possuem autonomia financeira e que a feminização da pobreza é uma dura realidade, o que as coloca em subordinação e nesse sentido, o salário traz vantagens aos homens na sociedade capitalista. A questão é o controle do salário pelo homem e que esse salário até quando diretamente pago às mulheres pode não refletir efetivamente nas suas condições de vida.

³ A hipótese aqui refletida é a de que diante das condições históricas e morais da composição do valor da força de trabalho, o trabalho doméstico está inserido no valor da força de trabalho.

Mas, vimos com a discussão do valor da força de trabalho em Marx, que é exatamente o salário, que aprisiona a todos, diante da imposição da venda de trabalho, advinda da acumulação primitiva.

Defende-se aqui que o valor da força de trabalho feminina possui particularidades, diante do patriarcado, das relações de gênero e assim, a divisão sexual do trabalho, coloca as mulheres na posição de cuidadoras, mantenedoras do lar e de todos à sua volta, colocando à disposição sua força de trabalho, seu corpo e sua mente para realizar serviços e até mesmo na resolução de problemas.

O que é mais importante, a separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam despossuídas como os homens, mas, diferentemente de seus análogos masculinos, quase não tinham acesso aos salários, numa sociedade que estava cada vez mais monetizada, sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras. (FEDERICI, 2017. P. 146)

Dessa forma, ao dizer do valor da força de trabalho e sua reprodução biológica e social, “a cesta básica” de sobrevivência do trabalhador envolve muitas atividades realizada majoritariamente por mulheres, o que implica na particularidade do valor da força de trabalho feminina. Esse tipo de atividade entra na composição global do valor da força de trabalho, portanto compõe o valor da força de trabalho junto de outras determinações, mas não enquanto especificamente da esfera do trabalho da mulher.

A questão é qual o papel do trabalho não remunerado no modo de produção capitalista e seu desmerecimento por ser realizado por mulheres e colocado como sua função social. Tais questões que precisam ser analisadas com rigor teórico e a partir de elementos estruturais preenchidos de determinações localizadas sobre o tema, para que o trabalho destinado e responsabilizado a mulheres, não seja diminuído ou seja colocado como algo menor, indo ao contrário de nossos objetivos.

Como a visibilidade de direitos das mulheres, o salário e condições de trabalho destas interferem na estrutura do modo de produção capitalista? O capitalismo não se sustenta apenas da compra de bens através do salário, esse argumento contribui inclusive para invisibilizar que o a reprodução e as funções que sustenta a dinâmica capitalista.

Quando se consideram esses fenômenos da perspectiva privilegiada do presente, depois de quatro séculos de disciplinamento capitalista das mulheres, as respostas parecem se impor por si mesmas. Embora o trabalho assalariado das mulheres, os trabalhos domésticos e sexuais (remunerados) ainda sejam estudados com muita frequência isolados uns dos outros, agora nos encontramos numa posição melhor para ver que a discriminação sofrida pelas mulheres, como mão de obra remunerada, esteve diretamente relacionada à sua função como trabalhadoras não assalariadas no lar. Dessa forma, podemos relacionar a proibição da prostituição e a expulsão das mulheres do espaço de trabalho organizado com a aparição da figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a produção da força de trabalho. De um ponto de vista teórico e político, entretanto, a questão fundamental está nas condições que tornaram possível tal degradação e as forças sociais que a promoveram ou que foram cúmplices. (FEDERICI, 2017, P.189)

É sumário destacar que a força de trabalho das mulheres não pode ser analisada como uma soma de elementos dissipados, a partir somente da estrutura de produção do sistema capitalista, mas como elementos constitutivos para a acumulação capitalista.

Com o desaparecimento da economia de subsistência que havia predominado na Europa pré-capitalista, a unidade entre produção e reprodução, típica de todas as sociedades baseadas na produção para o uso, chegou ao fim conforme essas atividades foram se tornando portadoras de outras relações sociais e eram sexualmente diferenciadas. No novo regime monetário, somente a produção para o mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. O trabalho reprodutivo continuou sendo pago – embora em valores inferiores – quando era realizado para os senhores ou fora do lar. No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificada como uma vocação natural e sendo designada como “trabalho de mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas, e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio. Essas mudanças históricas – que chegaram ao auge no século XIX, com a criação da figura da dona de casa em tempo integral – redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência em relação aos homens, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. Dessa forma, a separação efetuada entre produção de mercadorias e reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado. (FEDERICI, 2017. P.145)

Outro argumento que a autora traz é de que os marxistas ortodoxos com base em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado, de Engels” sustentam que o trabalho doméstico não desempenha **nenhuma função** na

organização capitalista do trabalho e que a subordinação aos homens se daria pela exclusão da “produção socialmente necessária”. Pode-se refletir o que significa estar dentro regularmente da produção socialmente necessária e inferir-se que seja o trabalho assalariado formal, mas, mulheres sempre trabalharam, ademais o valor da força de trabalho enquanto categoria marxiana considera o seu componente histórico-moral e de cuidado da prole.

Sustento que esse é o contexto histórico em que se deve situar a história das mulheres e da reprodução na transição do feudalismo para o capitalismo, porque as mudanças que a **chegada do capitalismo introduziu na posição social das mulheres** – especialmente entre as proletárias, seja na Europa, seja na América – foram impostas basicamente com a finalidade de buscar novas formas de arregimentar e dividir a força de trabalho. As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho. (FEDERICI, 2017.p. 126)

Dessa forma, ela argumenta como a relação entre caça às bruxas e o desenvolvimento nova de uma divisão sexual do trabalho confina as mulheres ao “trabalho” reprodutivo (p. 30).

Contudo, dentro da comunidade trabalhadora do período de transição, já podemos ver o surgimento da divisão sexual do trabalho que seria típica da organização capitalista – embora as tarefas domésticas tenham sido reduzidas ao mínimo e as proletárias também tivessem sempre que trabalhar para o mercado. Em seu cerne, havia uma crescente diferenciação entre o trabalho feminino e o masculino, à medida que as tarefas realizadas por mulheres e homens se tornavam mais diversificadas e, sobretudo, tornavam-se portadoras de relações sociais diferentes.(FEDERICI, 2017. P. 197)

Acerca da categoria superexploração, apesar de não utilizar do termo enquanto categoria, ela reconhece a inserção mundial que algumas formações sociais perpassam, mas confunde a superexploração com a escravidão. Reitera-se que a autora traz uma análise europeia diante do próprio objeto que vai analisar.

O fato de que, nas regiões europeias que durante o século XIX se industrializaram, a formas mais extremas de miséria e rebeldia tenham desaparecido não é uma prova contrária a tal afirmação. A miséria e a rebeldia proletárias não pararam ali; apenas diminuíram ao grau em que a superexploração dos trabalhadores teve que ser exportada, por meio da institucionalização da escravidão, num primeiro momento, e, posteriormente, por meio da expansão da dominação colonial.

Vimos que a autora entende o salário como poder social dos homens, questão que Marx não aborda na categoria salário, já que tratou de relações universais. Diante da compreensão da categoria algumas particularidades são sim importantes, mas em uma sociedade que mesmo as mulheres trabalhando e ganhando salários elas podem sofrer com violência patrimonial, não fica bem fundamentado de que forma o salário é tão central para a modificação da vida das mulheres. E ainda, o salário é a expressão do valor e oculta o trabalho não pago. Portanto, ao tratarmos sobre o trabalho invisível das mulheres devemos descobrir os fenômenos mais ocultos e da essência da dinâmica capitalista e não o mais aparente e imediato que seria o salário. Ainda, coloca que as mulheres seriam servas da força de trabalho masculina, mas elas vendem a sua própria força de trabalho diretamente ao capital e nesse sentido, a análise deve ser muito mais aprofundada e complexa que como aborda.

Outra indagação que as formulações da autora acerca do valor da força de trabalho trazem é de que ora ela relata que as mulheres são vistas como fora das relações capitalistas e ora ela relata a quantidade de serviços que desempenhavam.

Portanto é inegável que Federici avança nos estudos da divisão sexual do trabalho e nas mudanças que o capitalismo introduz na reprodução da força de trabalho, a partir das modificações que traz para a vida das mulheres e da família. Também importa destacar seu debate do papel da colonização, do Estado como gestor das relações de classe e supervisor da força de trabalho e da família como lugar de produção de força de trabalho. Mas, reitera-se que a autora faz essas discussões sem levar em conta categorias importantes que desvelam os elementos mais profundos do modo de produção capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que autora traz uma densa pesquisa histórica, que deve ser ressaltada, apesar das críticas sinalizadas. Federici apresenta contribuição importante para clarear um processo histórico apagado, que invisibiliza o extermínio e controle das mulheres que culmina no papel social atual. Mas, há um incômodo da obra ser amplamente difundida e possuir erros de análise da tradição marxista e de categorias marxianas, importantes para trazer à tona a exploração/opressão das mulheres.

No balanço das análises realizadas percebe-se que a autora apresenta conteúdos de qualidade, mas sua forma de articular rompe com a tradição marxista, através de um atropelamento da hierarquização de categorias.

Parece-nos que a autora em sua introdução deseja dar lente de aumento à crítica que irá apresentar à Marx, mas durante seu livro ela vai suavizando a crítica e não a sustenta com a intensidade objetivada no início de seu livro.

Ainda, sobre a utilização das categorias que nos debruçamos a analisar, a autora as utiliza sem rigor teórico e como se fossem meros conceitos. Federici traz nessa obra uma tendência de conclusões muito generalizantes de processos particulares.

Sua produção é importante para trazer à tona elementos que realmente são raramente estudados no campo marxista, mas ao trazê-los não se pode distorcer o método e perder a totalidade da realidade.

Nas passagens em que cita que “Marx nunca imaginou ou Marx nunca reconheceu” há uma questão muito subjetiva que limita a pesquisa, porque nunca saberemos essas impressões de Marx, a não ser o que temos de seus escritos e de sua obra. Não ter trabalhado um certo objeto não quer dizer que não o reconhecia como relevante.

E de acordo com Marini (1973) apresenta “falta de rigor conceitual e metodológico e um pretenso enriquecimento do marxismo, que na realidade é sua negação (P. 132)”.

Por conseguinte, a autora não relaciona a opressão de a exploração sofrida pelas mulheres de forma dialética, mesmo que sua pesquisa seja exponencial em reforçar o papel das mulheres na reprodução da classe trabalhadora.

Conclui-se que deve ser reconhecida a função da perseguição das mulheres enquanto bruxas para a consolidação do capitalismo e como com o advento do capitalismo há subversão na posição social e nas condições de vida das mulheres, mas esse não é o elemento central da acumulação primitiva.

Portanto sobre a hipótese assumida no início dessa pesquisa, de que Federici não apreende as categorias marxianas de forma adequada trazendo conclusões equivocadas da função da perseguição das mulheres para a acumulação primitiva, entende-se pelo estudo realizado que na realidade a autora não apreende as categorias enquanto categorias e que traz os elementos em certa medida de forma não contraditória e sim antagônica. Por isso vai de abstrações para realidades concretas e objetivas, sem estabelecer as determinações necessárias, mas cumpre seu objetivo de dar luz às mudanças na posição social das mulheres na “transição” para o capitalismo.

Federici nos traz um rico conteúdo, mas enquanto marxistas ao utilizar de sua obra devemos fazer as mediações necessárias para não tomarmos como verdade concreta todas as formulações diante dos claros desvios com que trabalha o método. Em síntese: a autora cumpre o que se propôs, o que ocorre é que enquanto marxistas, seguindo o método, devemos nos ater à forma que dá para algumas categorias cruciais envolvidas no tema.

Há lacunas nessa pesquisa que devem ser aprofundadas em um futuro projeto de doutorado, principalmente sobre a reprodução social da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Daniel Pires. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. **A dialética da dependência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1858-1859, esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Para a crítica da economia política**. Tradução de José Barata Moura. 1859.

_____. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. Editora: Expressão Popular. São Paulo, 2011.

_____. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2011

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

OSORIO, Jaime. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución**. Itaca. México. 2009.

_____. **Sobre dialéctica, superexplotación y dependencia. Notas acerca de Dialéctica de la dependencia**. Argumentos, vol. 26, núm. 72, mayo-julio, 2013, pp. 57-73 Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco Distrito Federal, México.

PAÇO-CUNHA, Elcemir. **Rearticulação categorial ao pensamento marxiano: produção em geral, trabalho abstrato e burocracia**. CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 14, maio 2012.

SOUZA FILHO, R. **Apontamentos sobre o materialismo dialético**. In: *Revista Libertas*, v. 3, n. 1 e 2. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2003.